AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 11 | NOVEMBRO 2019 | R$ 15,00



BRASIL DANDO EXEMPLO NO USO DE TECNOLOGIAS DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

MP DO AGRO AUTORIZADA A EMISSÃO DE TÍTULOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

BOI GORDO PREVISÃO DE MERCADO FIRME EM 2020

LEITE POSSÍVEIS IMPACTOS DO ACORDO ENTRE MERCOSUL E UE



Seguros intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi. Verifique se o crédito consultado cabe no seu orçamento.
Crédito sujeito a análise e aprovação. **SAC** - 0800 724 7220 - **Deficientes Auditivos ou de Fala** - 0800 724 0525 - **Ouvidoria** - 0800 646 2519

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (LICENCIADO), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (LICENCIADO), Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles (LICENCIADO), Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (LICENCIADO), Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Luiz Carlos Duque
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.agroanalysis.com.br
e nos acompanhe nas redes sociais.

Twitter: @agroanalysis
Instagram: /fgv.agroanalysis
Facebook: /fgv.agroanalysis

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

OS MARCOS DA AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO

CONFORME A ***Agroanalysis*** vinha sustentando, a reforma da previdência foi aprovada com folga. Já a reforma tributária ficará para 2020. Talvez, a reforma administrativa, que deve melhorar substancialmente a qualidade dos serviços públicos, reduzindo seu custo, possa passar ainda neste ano.

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) será baixo neste ano e, talvez, chegue a 2% em 2020. A Selic e a inflação continuarão comportadas. Já para o câmbio, é mais difícil fazer alguma previsão. Independentemente da segurança que as reservas cambiais brasileiras dão ao País, o mundo está passando por muitos solavancos. Tínhamos certeza que o câmbio não iria disparar. No momento que estas linhas estão sendo escritas, o dólar está abaixo de R$ 4,00. Na primeira semana de novembro, haverá um megaleilão de campos de petróleo do pré-sal, e é muito provável que haja uma grande entrada de dólares, jogando o câmbio mais para baixo. Depois disso, é impossível prever, em virtude dos fatores mundiais confusos. Por isso, os produtores têm de estar muito atentos ao câmbio, sem esquecer que juros tomados a 7% ou 8% ao ano são muito caros quando a inflação está ao redor de 3%.

No *front* externo, as atenções devem focar-se mais fortemente na 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-25/UNFCCC, nas siglas em inglês). Tal Conferência será destinada às negociações da implantação do Acordo de Paris (COP-21). Será uma oportunidade boa para os representantes brasileiros apresentarem os resultados exitosos do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), lançado em 2010. Até 2018, o Brasil cumpriu 73% das metas voluntárias assumidas na COP-15, realizada em 2009 na Dinamarca, de redução da emissão de gases do efeito estufa.

Nesse sentido, o Caderno Especial deste mês sobre a pecuária sustentável reforça o papel desempenhado pela Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC), composta por diversos programas, como o Programa ABC. A meta de recuperação de pastagens degradadas estabelecida pelo Programa representa um potencial de redução anual de emissões de gases do efeito estufa de 55 milhões de toneladas de CO_2 eq., o que pode desmistificar o caráter unicamente emissor atribuído à pecuária bovina. De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a possibilidade de intensificar a produção pecuária em 95 milhões de hectares de pastagens corresponde a um potencial de 420 milhões de toneladas de CO_2 eq. a menos em emissões no Planeta.

Ainda no mercado externo, há de se reconhecer o esforço de abertura comercial imprimido pelo governo nacional. Um dos acordos mais celebrados foi aquele entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE), que vinha sendo costurado desde 1999. O leite foi considerado um produto sensível nessa negociação, pois cerca de 90% da produção nacional vem de produtores pequenos, com produção diária inferior a 200 litros. Como há um prazo de dez anos para a eliminação das tarifas entre as duas partes, haverá um tempo para o Brasil melhorar a tecnologia, a gestão e a escala de produção.

Olhando para o mercado interno de boi gordo, caso não ocorra nenhuma surpresa com a economia, a política e os fundamentos de mercado, as projeções apontam um mercado firme em 2020. As valorizações poderão ocorrer de forma mais intensa em relação a 2019, principalmente no segundo semestre.

Por fim, em 1º de outubro, foi assinada a Medida Provisória nº 897, chamada de MP do Agro. Entre outros pontos, o pacote institui o Fundo de Aval Fraterno (FAF) e dispõe sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a concessão de subvenção econômica e, talvez o tópico mais interessante, os títulos do agronegócio em moeda estrangeira. As emissões de Cédula de Produto Rural (CPR) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com cláusula de variação cambial em moeda estrangeira poderão ser estruturadas e registradas no exterior livres de tributação no Brasil. ■



04 EDITORIAL

07 ENTREVISTA
JORGE EDUARDO DE SOUZA
COM SEGURO RURAL PUJANTE, O AGRO ATRAIRÁ MAIS INVESTIMENTOS

10 FRASES & COMENTÁRIOS

11 MACROECONOMIA
AVANÇOS

12 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 A BALANÇA COMERCIAL DO AGRO FRENTE ÀS TURBULÊNCIAS INTERNACIONAIS

18 ETANOL É ENERGIA LIMPA E DESCENTRALIZADA

20 CAPA EXPECTATIVAS PARA O BOI GORDO

23 CAPA CADEIA PRODUTIVA DE LEITE FRENTE AO ACORDO ENTRE MERCOSUL E UE

26 POLÍTICA AGRÍCOLA

26 CAPA MP DO AGRO REESTRUTURA A POLÍTICA AGRÍCOLA NACIONAL

28 SUSTENTABILIDADE

28 OS PEQUENOS AGRICULTORES QUE VIVEM NA AMAZÔNIA

30 CAPA AS TECNOLOGIAS DO PLANO ABC NA MITIGAÇÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA

32 BRASIL AGROAMBIENTAL

32 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS É BOM PARA PRODUTOR E SOCIEDADE

34



GTPS
CADERNO DA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

39



AGROCERES MULTIMIX
QUANTO CUSTA?

41 FAESP
NOVOS PILARES PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

42 ANDEF
É *FAKE*: POR TER DISPONIBILIDADE DE TERRAS E CLIMA FAVORÁVEL, O BRASIL NÃO PRECISARIA USAR PESTICIDAS

43 DIÁRIO DE BORDO
FLORESTAS E ENERGIA

44 PRODUZIR
A MP DO AGRO E A MODERNIZAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO

45 OPINIÃO
MODERNIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

46 REFLEXÃO
A AGRICULTURA DO FUTURO CHEGOU



MESTRADO PROFISSIONAL EM

AGRONEGÓCIO

ÚNICO NO PAÍS

Foco na gestão tecnológica aplicada.

Parceria com instituições renomadas.

Métodos modernos para o desenvolvimento do setor.



Inscrições até 08/11
Saiba mais: fgv.br/eesp

FGV EESP

COM SEGURO RURAL PUJANTE, O AGRO ATRAIRÁ MAIS INVESTIMENTOS

JORGE EDUARDO DE SOUZA
Coordenador da Cátedra do Agronegócio da Academia Nacional de Seguros e Previdência (ANSP)
Da Redação

As políticas agrícolas dos países desenvolvidos da União Europeia e dos Estados Unidos implantaram um sistema de seguro rural para proteger as atividades produtivas nos campos agropecuários. O Brasil tenta marchar nesse mesmo sentido.

NO PLANO Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2019/20, o Governo deu um sinal bem nítido de buscar uma alavancagem para o seguro rural ao dobrar os recursos para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Essa decisão mexe com um negócio importante e de larga perspectiva de crescimento, diante da consolidação mundial do agronegócio brasileiro. Jorge Eduardo de Souza, coordenador da Cátedra do Agronegócio da ANSP, com mais de trinta anos de carreira dedicados ao ramo de seguro, traz uma visão desse cenário.



AGROANALYSIS: QUAL É O PAPEL DA ANSP?

JORGE EDUARDO DE SOUZA: Criada em 1993, a entidade tem como objetivo reunir os conhecimentos e as experiências acumulados por profissionais atuantes no mercado brasileiro de seguros. Possui vinte Cátedras constituídas para estudar temas específicos do seguro, sempre com o propósito de trazer as inovações necessárias para potencializar os negócios. Devidamente aprovados por uma junta especializada, cerca de duzentos catedráticos já foram indicados e aprovados para desempenhar essa função.

Entre as Cátedras existentes, apesar de ser a mais jovem, formada em 2017, a do Agronegócio carrega perspectivas enormes para alavancar o crescimento do mercado nacional de seguro rural. Os esforços dessa Cátedra vão no sentido de aproximar dois segmentos de atividades bem complementares: o de seguros e o do agro. Estamos confiantes de que poderemos identificar caminhos, construir soluções e propor ações para viabilizar de forma notável esse mercado.

COMO ESTÁ O NEGÓCIO DE SEGUROS NO BRASIL?

JES: O mercado de seguro rural brasileiro esteve, por muito tempo, em segundo plano, devido às elevadas taxas de juros e aos índices altos de inflação. Mas a estabilidade desses fatores em níveis tão baixos impõe, hoje, uma mudança de prioridade na concessão do tradicional crédito subsidiado com juros controlados. Em transformação irreversível, à política agrícola caberá cuidar com carinho da proteção dos produtores contra as adversidades climáticas, as pragas e as doenças, bem como, até mesmo, da garantia de renda.

Devemos, agora, prestar atenção no conteúdo dos contratos de seguro rural. O valor pago pelo produtor, chamado de 'prêmio', depende da sua capacidade de gestão de risco. Essa é uma análise de ordem qualitativa. No PAP da safra 2019/20, a dotação do PSR foi mais do que dobrada pelo Governo, para R$ 1 bilhão. Com isso, o apetite das seguradoras cresceu, mas cabe rever o acesso a esses benefícios, principalmente no tamanho coberto pela indenização.

POR QUE O SEGURO RURAL NÃO DECOLA NO PAÍS?

JES: Com problema de disponibilidade orçamentária por parte do Governo ao longo desta década, o PSR praticamente estagnou. Os médios e os grandes produtores ficaram fora do PSR, sendo que o equilíbrio financeiro do sistema de seguro (mútuo) depende muito da massa que eles representam. O produtor olha muito para as condições do crédito (valor, amortização, garantia, taxa de juro etc.) e dá pouca atenção para o seguro (cobertura, taxa, prêmio e forma de pagamento). Caberia ao canal de venda do seguro deixar bem evidente a operação para evitar frustrações com a sua eficácia.

O SEGURO RURAL ENGLOBA UM LADO SOCIAL E TÉCNICO DO PRODUTOR?

JES: Sim. Essa é a importância do seguro como instrumento para o desenvolvimento de uma nação. Deve-se levar em conta a visão social e a evolução técnica do produtor. Não pode haver diferença entre o acesso ao risco ruim e o alijamento do risco bom. O contrato de seguro segue sempre a teoria de boa-fé do mutualismo, em que a contribuição de todos deve servir para o benefício individual de cada contribuinte.

Normalmente, quanto maior a massa de arrecadação dos contribuintes, menor será o peso na distribuição das perdas cobertas pelos prêmios. Ratificamos a necessidade de repensar a política de acesso à subvenção, com estímulo ao ingresso do risco bom, pois, só assim, os preços dos seguros (prêmios) serão minimizados. No Brasil, em 2018, foram angariados prêmios da ordem de R$ 430 bilhões. A metade da cifra não teria voltado para a sociedade na forma de pagamentos das indenizações de sinistros. Os seguros não só protegeram as conquistas dos empreendedores, como também geraram poupança, com reservas técnicas obrigatórias que, hoje, superam R$ 1,5 trilhões, de acordo com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

NO AGRONEGÓCIO, O CRÉDITO COMPETE COM O SEGURO?

JES: A participação do Governo como provedor majoritário do crédito rural para o agro teve um papel de fundamental importância. Mesmo com muitos desafios a serem superados, o setor conseguiu espaço de protagonismo global. Mas, para crescer, outras fontes serão necessárias para atender a sua demanda crescente por recursos financeiros. O importante é ter em vista que a consolidação do mercado de seguro será a chave para o agro atrair capital de terceiros.

Os empresários rurais devem entender o crédito enquanto atividade de variação no grau de risco e na capacidade de acesso ao agente financeiro. Para aportar o seguro no seu negócio, o produtor terá que trabalhar a gestão de modo a qualificar a sua reputação econômica. Quanto mais protegidos ficarem os seus resultados das incertezas do mercado, mais a sua disputa pelo sistema financeiro crescerá. Cabe pensar de maneira muito estratégica nesse tema.

ESTAMOS NUM CENÁRIO DE BAIXAS TAXAS DE INFLAÇÃO E DE JUROS?

JES: Vivemos num momento favorável e rico de oportunidades, pois as taxas de juros reais estão negativas em nações desenvolvidas importantes. Estima-se que trilhões de títulos soberanos ao redor do mundo estejam rendendo juros nominais negativos. Isso corresponde a alguns Produtos Internos Brutos (PIBs) do Brasil. Certamente, esse assunto faz parte da pauta nas instituições financeiras do País. Os rentistas estão cada vez mais ávidos à procura de bons clientes para empregar e rentabilizar seus recursos. Esse encontro tem tudo para acontecer no agro nacional.

"O MERCADO DE SEGURO RURAL BRASILEIRO ESTEVE, POR MUITO TEMPO, EM SEGUNDO PLANO, DEVIDO ÀS ELEVADAS TAXAS DE JUROS E AOS ÍNDICES ALTOS DE INFLAÇÃO."

A CADEIA PRODUTIVA DO AGRO PODE AJUDAR NO SEGURO RURAL?

JES: As cadeias produtivas do agronegócio darão um passo muito importante para frente quando entenderem que, ao proteger a produção do risco climático, o seguro ampara todos os seus elos, e não somente o produtor. A

agropecuária está pronta para auferir, neste ano, segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), um Valor Bruto da Produção (VBP) da ordem de R$ 600 bilhões. Essa quantia multiplica-se por quase três vezes quando se agregam o armazenamento, o transporte e a distribuição.

Então, uma quebra hipotética de 10% da produção agropecuária (R$ 60 bilhões) impacta quase a cadeia produtiva toda (R$ 180 bilhões). Perde-se mais na cadeia produtiva do que na produção agropecuária. Logo, não é justo apenas o produtor assumir a responsabilidade com esse seguro. Se essa perda hipotética estivesse segurada ao longo da cadeia, a taxa de risco puro seria da ordem de decimais. Em contrapartida, nesse modelo concentrado no bolso do produtor, as taxas giram ao redor de 5%, com expoentes próximos de 20%. Essa realidade precisa mudar.

FALTA COMUNICAÇÃO E CULTURA PARA O SEGURO RURAL?

JES: Os debates na Academia do agro atribuem uma falta de cultura à indústria do seguro rural, em termos de custo e benefício. Esse é apontado com frequência como um fator de obstrução da expansão dos seguros. A forma inadequada da comercialização explica a insegurança do produtor quanto ao seguro. Cabe, então, mudar a cultura e a visão bilateral existente: de um lado, os produtores devem estar conscientes da importância vital do seguro; e, de outro, também os seguradores devem enxergar o potencial do agro para o desenvolvimento do mercado.

O PRODUTOR OLHA MUITO PARA AS CONDIÇÕES DO CRÉDITO E DÁ POUCA ATENÇÃO PARA O SEGURO.

Na verdade, o tema agro deve estar cada vez mais presente no ambiente da seguradora e, ao mesmo tempo, o tema seguro deve marcar mais presença no ambiente do agro. Deve-se abrir com força os espaços nos eventos e nas instituições desses importantes setores econômicos. É importante o seguro ser apresentado de forma conceitual e didática. A mídia pode contribuir com a abertura das suas pautas para melhor informar sobre a importância do seguro rural.

ESTAMOS PRONTOS PARA ALAVANCAR O SEGURO RURAL?

JES: A Cátedra do Agronegócio da ANSP teve uma convocatória para reunir, com sala cheia em três oportunidades, especialistas e interessados em seguro rural. Temos comemorado e recebido o apoio de importantes entidades do agronegócio para montarmos parcerias técnicas e de trabalho. Os resultados apurados até o presente são promissores. Conseguimos elencar mais de oitenta itens para melhorar e aumentar a penetração do seguro no campo. Identificamos problemas e estamos prontos para propor soluções e empreender as ações necessárias. Como menos de 10% da área cultivada coberta por seguro rural no País, esperamos que o Governo persista com firmeza na diretriz de fortalecer o PSR. Vamos seguir o modelo praticado com sucesso pelos Estados Unidos e pela União Europeia. ■



“CONSEGUIMOS ELENCAR MAIS DE OITENTA ITENS PARA MELHORAR E AUMENTAR A PENETRAÇÃO DO SEGURO NO CAMPO.”

FRASES & COMENTÁRIOS


irice.com.br

O tema ambiental passou a ser um instrumento de política comercial. Isso não existia há três ou quatro anos.

A diplomacia ambiental será um fator decisivo na agenda geopolítica para o agro.

RUBENS BARBOSA, embaixador e diretor-presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE)

Para exportarmos, precisamos estar abertos para as importações. Isso implica expor à competição os setores inviáveis, inclusive do agro.

Apesar de serem dois mercados importantes, o foco não serão a União Europeia e os Estados Unidos. Novos negócios serão feitos com a Índia e países do Sudeste Asiático, tais como Coreia, Vietnã, Indonésia e Singapura.

MARCOS TROYJO, secretário da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (ME)

Com a Medida Provisória do Agro, a intenção do Governo visa expandir o financiamento do setor por meio do mercado de capitais.

Queremos a participação de outros agentes financeiros além dos bancos para fazer o financiamento da produção agropecuária.

WALDERY RODRIGUES, secretário da Secretaria Especial de Fazenda do ME

Temos elementos para comprovar a sustentabilidade do agro brasileiro, com o uso das tecnologias de baixa emissão de carbono e o cumprimento da legislação florestal.

LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE, diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Emitir os títulos em dólar criará uma proteção natural nessa moeda para os produtores, já que boa parte da soja, do algodão e da proteína animal segue para exportação.

ROGÉRIO BOUERI MIRANDA, subsecretário da Subsecretaria de Política Agrícola e Meio Ambiente da Secretaria de Política Econômica (SPE/ME)

Deixemos o discurso de ser 'o celeiro do mundo'. Se não produzirmos alimentos, outro país irá produzir. Os mercados com espaços abertos serão preenchidos.

MARCELLO BRITO, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)


Marcelo Camargo/Agência Brasil

Vamos mostrar aqui dentro (na nossa sociedade) e, também, para o mundo a tecnologia embarcada nos nossos produtos exportados.

O agronegócio brasileiro foi muito tímido ainda. Temos extensão de terra, com produção sustentável e produtividade crescente, com grandes oportunidades.

Temos competência técnica, mas precisamos ousar. Precisamos entender quais produtos o consumidor mundial quer para podermos entregá-los.

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

AVANÇOS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

APÓS CERCA de dez meses, a reforma da previdência teve o seu processo finalizado no Congresso Nacional. Esse resultado melhora a percepção acerca da sustentabilidade das contas públicas brasileiras. De fato, desde o início da década, o resultado fiscal do governo federal registra uma franca deterioração, levando a uma aceleração no seu ritmo de endividamento. A trajetória apresentada, caso nada fosse feito, apontava para um risco de insolvência do Governo no médio prazo.

Sob essa perspectiva, o sistema previdenciário destacava-se como um elemento central no contexto da piora das contas públicas. O envelhecimento populacional, aliado aos aumentos reais do salário-mínimo praticados em governos anteriores (que afetam diretamente o piso dos benefícios do INSS), levou a um quadro deficitário em termos do sistema previdenciário. Esse cenário só tende a se agravar dado o aumento da expectativa de vida aliado ao envelhecimento da população.

Nesse sentido, a reforma da previdência representa o primeiro passo na correção da rota fiscal, mas o processo de ajustes na economia brasileira está longe de ser concluído. O atual quadro das contas públicas praticamente elimina qualquer capacidade de investimento que o governo federal possa ter. O comportamento dos gastos públicos, associado ao teto existente, força o Governo a cortar gastos discricionários para evitar que esse limite seja rompido. Com isso, os cortes de investimentos do lado do Governo são inevitáveis.

Desta forma, faz-se urgente uma correção maior do lado dos gastos públicos, como forma de recapacitar a União em torno do seu potencial de investimentos. Esse é um aspecto fundamental no contexto de possibilitar uma retomada mais robusta do crescimento econômico brasileiro no médio prazo.

A reforma tributária também se mostra fundamental no âmbito da modernização da economia brasileira. O atual sistema tributário brasileiro é constituído por uma miríade de impostos e contribuições que impõe uma ineficiência enorme ao sistema econômico. Boa parte das propostas de reforma presentes no Congresso aponta para a fusão de impostos como forma de melhorar a eficiência dos sistemas tributário e econômico. Esse seria um passo importante para avançar no processo de reformas da economia brasileira.

Infelizmente, estamos nos meses finais de 2019, com pouco tempo para avançar reformas no campo fiscal que seriam essenciais ao País. As propostas de reforma tributária existentes nasceram no âmbito do próprio Congresso Nacional, não havendo um envio efetivo de uma proposta do lado do governo federal. É difícil imaginar que uma proposta seja levada adiante apenas por voluntarismo de alguns parlamentares sem que o Governo exerça um esforço de coordenação política. Esse fato, aliado à proximidade do encerramento do ano parlamentar, sinaliza que não teremos avanços nessa direção.

Do lado dos gastos públicos, as indicações também não são muito animadoras. Apesar de o presidente da Câmara dos Deputados ter apontado para a necessidade de uma reforma administrativa, nada avançou no Executivo ou no Congresso. Em outras palavras, é muito pouco provável que algo avance nessa direção ainda em 2019.

O ano de 2020, apesar da urgência dos temas apontados, será curto do ponto de vista da possibilidade de estabelecer avanços efetivos. Isso decorre do fato de que será um ano eleitoral e que as eleições municipais dominarão a cena no segundo semestre do ano. Desta forma, a não ser que o governo federal assuma as rédeas dessas questões e elas sejam priorizadas como agenda, é pouco provável que avanços no sentido reformista sejam levados adiante no ano que vem.

Em síntese, pode-se dizer que o ano de 2019 trouxe avanços para a economia brasileira e que as perspectivas são um pouco melhores. No entanto, não é possível afirmar que, a partir de agora, a retomada do crescimento econômico se dará em bases mais amplas nos próximos anos. ■

TRIBUTAÇÃO E DESONERAÇÃO DO AGRO

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n° 42/19 revoga as desonerações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na exportação de produtos não industrializados e semielaborados concedidas pela Lei Kandir, de setembro de 1996. De acordo com um levantamento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), essa medida causaria um impacto negativo de R$ 47,8 bilhões sobre o Valor Bruto da Produção (VBP). Isso significa uma perda de 8,1% em relação aos números alcançados em 2018.

As entidades do setor discordam da proposta. Para obter superávits, a balança comercial brasileira depende da exportação de produtos agropecuários e matérias-primas em geral. Nessa condição, o País sempre defendeu, nos foros internacionais, principalmente na Organização Mundial do Comércio (OMC), a progressiva liberalização do comércio de produtos agrícolas. O Brasil é um dos países que menos subsidiam o agro. A seguir, tem-se o nosso protagonismo que estaria ameaçado com a revogação da Lei Kandir.

PROTAGONISMO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA

O Brasil sempre teve participação importante no comércio internacional de produtos primários da agropecuária. Açúcar, café, pecuária bovina e algodão marcaram presença na lista das exportações presentes na história do País. Hoje, aparecem com destaque soja, milho, etanol, suco de laranja e carnes de frango e suína. Esse quadro mostra uma postura competitiva do setor em escala global. Os desafios prosseguem não apenas na questão da competitividade, mas na sustentabilidade entre produção e preservação do meio ambiente. Esse é o recado que vem de dentro e de fora do território nacional.

BRASIL: POSIÇÃO NA EXPORTAÇÃO E NA PRODUÇÃO DE PRODUTOS DO AGRO EM 2018

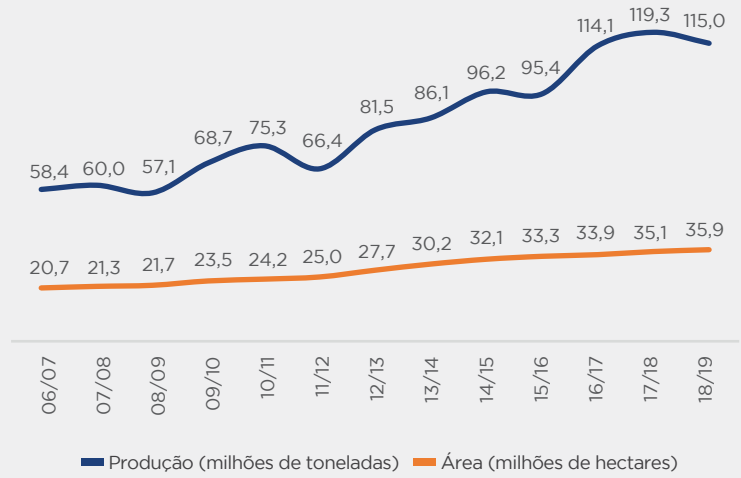
PRODUTO	Produção	Exportação
Soja	2º	1º
Milho	3º	2º
Café	1º	1º
Açúcar	1º	1º
Etanol	2º	2º
Suco de laranja	1º	1º
Algodão	4º	2º
Arroz	9º	7º
Carne bovina	2º	1º
Carne de frango	2º	1º
Carne suína	4º	4º

Fonte: FAO; OIC; OIA; USDA

CICLO DE EXPANSÃO DA SOJA

No período após a safra 2006/07, a soja mostrou um crescimento constante em área, com expansão total de 15.187 mil hectares. Na média, o aumento foi de 1.265,6 hectares por temporada, com variação mínima de 430 hectares (safra 2007/08) e máxima de 2.694 hectares (safra 2012/13). Pouco sujeita a adversidades climáticas, a lavoura teve queda de produção nas safras 2008/09, 2011/12 e 2015/16. As especulações atuais possuem como foco o tamanho do incremento certamente positivo nesta safra 2019/20, já em pleno curso.

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE SOJA



Fonte: Conab

PRODUÇÃO DE LEITE COM MAIS PRODUTIVIDADE

Depois de quatro quedas anuais consecutivas (2014, 2015, 2016 e 2017), a produção brasileira de leite teve uma leve recuperação em 2018. É interessante verificar o processo de redução do número de vacas ordenhadas nesse período. Para compensar, tem havido um crescimento na produtividade nacional de leite, que ultrapassou 2 mil litros por vaca no ano passado, com crescimento frente a 2017 (4,7%). Para 2019, a produção não mostra sinais de variação significativa, seja para cima ou para baixo.

BRASIL: PRODUÇÃO E VACAS ORDENHADAS

ANO	Produção (bilhões de litros)	Vacas ordenhadas (milhões de cabeças)
2013	34,6	22,9
2014	35,1	23,0
2015	34,6	21,1
2016	33,7	19,6
2017	33,2	16,9
2018	33,8	16,4

Fonte: IBGE

ESTADO DO PARANÁ LIVRE DA AFTOSA

De acordo com a Instrução Normativa nº 47, de 15 de outubro de 2019, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), fica suspensa a vacinação do rebanho bovino (9,2 milhões de cabeças) contra a febre aftosa no Paraná a partir de outubro deste ano. Isso significa ausência de casos da doença. Normas complementares deverão ser editadas para restringir e controlar o ingresso de animais vacinados no estado. Em 2020, o MAPA avaliará a atuação dos postos de fiscalização nas divisas, conforme previsto no plano estratégico 2017-2026 do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA).

IMPORTAÇÃO DE TRIGO SEM TARIFA

De longe, o produto agrícola mais importado pelo Brasil é o trigo. Cerca de 80% do fornecimento externo possui como origem a Argentina. A complementação vem, normalmente, da produção do Canadá e dos Estados Unidos. Líder na exportação mundial do cereal, a Rússia enfrenta restrições fitossanitárias para internalizar a sua colheita no mercado nacional. Neste ano, o governo brasileiro pretende adquirir uma cota de 750 mil toneladas sem tarifas de países fora do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

BRASIL: PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E CONSUMO DE TRIGO
(MILHÕES DE TONELADAS)

ANO	Produção	Importação	Consumo
2009	5,9	5,9	9,6
2010	5,9	5,8	10,2
2011	5,8	6,0	10,1
2012	4,4	7,0	10,1
2013	5,5	6,6	11,4
2014	6,0	5,3	10,7
2015	5,5	5,5	10,4
2016	6,7	7,1	11,5
2017	4,3	6,4	11,3
2018	5,4	6,8	12,5
2019	5,4	7,2	12,1

Fonte: Conab

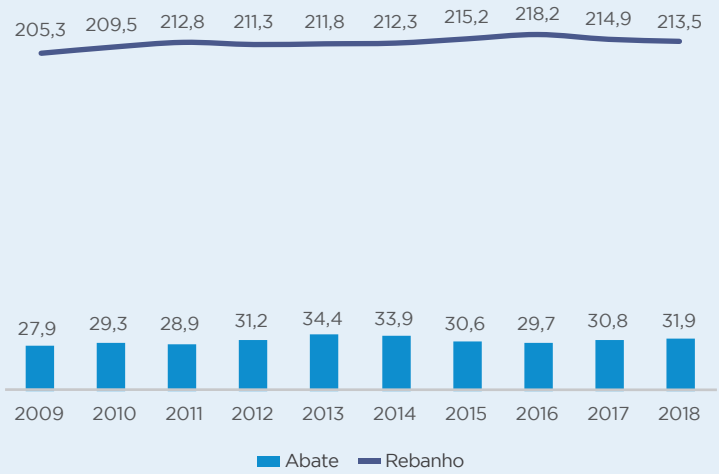
MERCADOS ABERTOS PARA A EXPORTAÇÃO DE CARNE

Neste final de 2019, o Governo acompanha de perto a possibilidade de derrubada das atuais barreiras em dois grandes mercados mundiais de carne. Na relação com os Estados Unidos (EUA), aguarda-se o relatório da visita feita a frigoríficos nacionais pelos agentes da fiscalização do país no final do primeiro semestre. Com relação à União Europeia (UE), espera-se a suspensão do embargo de vinte frigoríficos de carne de frango brasileiros aplicado no ano passado, após a terceira fase da operação Carne Fraca da Polícia Federal. As estimativas são de que as perdas potenciais de vendas alcancem US$ 1 bilhão e US$ 300 milhões por ano, respectivamente, com a UE e os EUA.

AUMENTA O ABATE E DIMINUI O REBANHO

O efetivo de bovinos registrou, em 2018, a segunda queda consecutiva (-0,7%). Frente a 2016, o rebanho já havia diminuído (-1,5%) em 2017. O ano de 2018 foi marcado por crescimento do abate e recorde do volume de carne bovina exportada. Nesse mesmo ano, a atividade sofreu pressão nos custos da alimentação dos animais, em face da greve dos caminhoneiros. O aumento da quantidade de abate deve se repetir neste ano.

BRASIL: REBANHO E ABATE DE BOVINOS
(MILHÕES DE CABEÇAS)

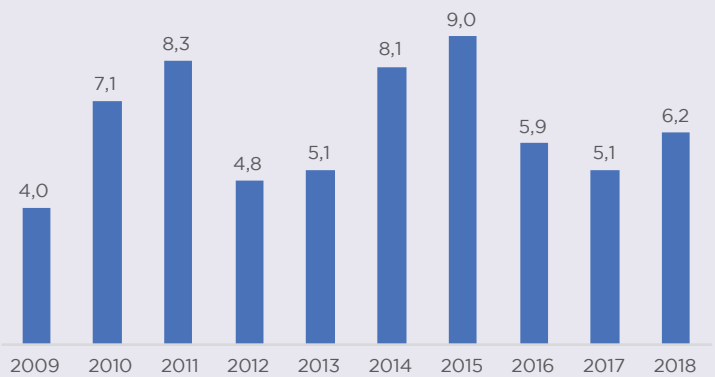


Fonte: IBGE

ESPAÇO PARA CAFÉS DIFERENCIADOS

Em 2018, de acordo com a Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA, na sigla em inglês), o potencial da produção nacional de cafés especiais foi da ordem de 10 milhões sacas, com uma florada e uma maturação relativamente uniformes dos grãos. Desse total, cerca de 6,2 milhões de sacas foram para exportação. Para este ano, a produção deverá ficar entre 6 milhões e 7 milhões de sacas. O mercado interno responde com um consumo de 1 milhão de sacas. O grande destino dos embarques brasileiros é o Japão, cujos consumidores preferem um produto doce, encorpado e de alta qualidade.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CAFÉS DIFERENCIADOS*
(MILHÕES DE SACAS DE 60 QUILOS)



*Produtos com certificados de origem na Organização Internacional do Café (OIC), classificados como lavados, semilavados, *gourmet*, microlotes, bebidas finas, sustentáveis etc.

Fonte: CECAFÉ

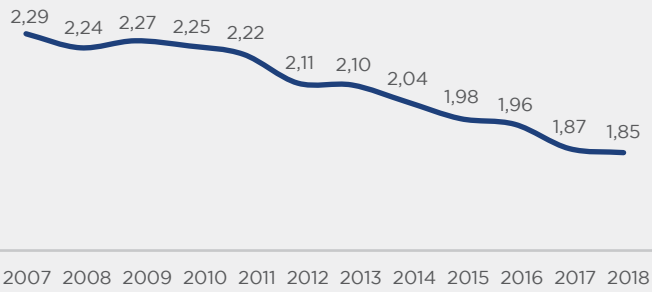
O BRASIL ACESSA MERCADO DA INDONÉSIA

O governo da Indonésia abriu o mercado interno para as carnes brasileiras. Serão dez plantas habilitadas para a exportação de pelo menos 25 mil toneladas de carne bovina. Trata-se de uma população de 237,5 milhões de pessoas. É o maior país muçulmano do mundo. Esse anúncio faz parte das negociações realizadas em maio último, quando a missão técnica da Indonésia verificou as garantias sanitárias relativas ao controle da febre aftosa e as condições de abate de bovinos no Brasil. O grande fornecedor da carne local é a Austrália.

MENOR QUEDA NO CONSUMO DE SUCO DE LARANJA

A tendência do consumo de suco de laranja em equivalentes ao produto concentrado e congelado (FCOJ, na sigla em inglês) prosseguiu em queda durante 2018. Esse processo vem desde o final da década passada. A boa notícia consiste no aumento da demanda no continente asiático (232 mil toneladas) e na América Latina (158 mil toneladas). Nos Estados Unidos, o nível manteve-se praticamente inalterado (576 mil toneladas). A indústria brasileira planeja manter os gastos anuais de US$ 6 milhões para estimular o consumo da União Europeia, que representa dois terços das importações nacionais.

MUNDO: CONSUMO DE SUCO DE LARANJA
(BILHÕES DE TONELADAS)

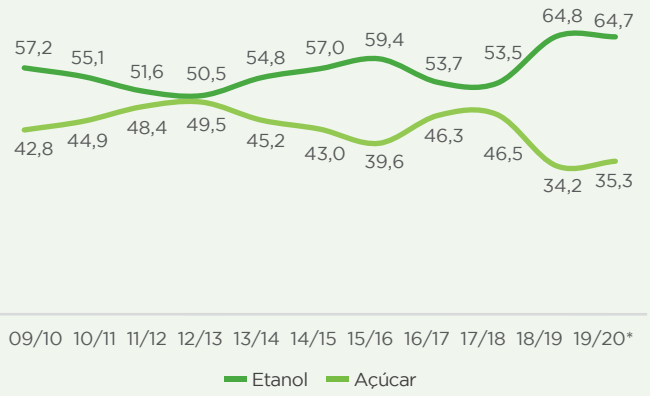


Fonte: Markestrat, com base em informações de Tetra Pak, Euromonitor, Planet Rail e Departamento de Cítrus da Flórida

MAJORAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ETANOL

À medida que avança a safra sucroalcooleira 2019/20 na região Centro-Sul, os sinais apontam para a preferência do etanol no *mix* de produção quando se toma o esmagamento de março a setembro. Normalmente, até a metade da colheita, predomina a moagem para produção de açúcar, em função da maior concentração de sacarose no período seco da estação de inverno. Apesar de apresentar uma leve recuperação, os preços futuros do açúcar seguem inferiores aos do ano passado. Esse quadro do mercado favorece a produção do biocombustível (anidro e hidratado).

BRASIL: *MIX* DE PRODUÇÃO NO SETOR SUCROENERGÉTICO



*Até 1º de outubro de 2019
Fonte: UNICA



SHUTTERSTOCK

A BALANÇA COMERCIAL DO AGRO FRENTE ÀS TURBULÊNCIAS INTERNACIONAIS

ROBERTA POSSAMAI[1], FELIPPE SERIGATI[2], KELLEN SEVERO[3]

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2019, o crescimento da economia mundial será o menor dos últimos dez anos. Uma das principais causas é a guerra comercial entre os Estados Unidos e a China. Como consequência, as exportações brasileiras caíram 6% no acumulado de janeiro a agosto de 2019 em comparação a 2018. O agronegócio ainda contribui fortemente para o resultado das contas externas do Brasil.

DE ACORDO com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial deverá expandir apenas 3% em 2019 – o menor crescimento desde 2008. Entre as explicações para o modesto crescimento, merecem destaque os atritos comerciais entre os Estados Unidos e a China. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), devido a esse conflito comercial, o valor exportado pelas vinte maiores economias do mundo (G20) no primeiro semestre deste ano (dado mais recente disponível) foi 2,4% menor do que no mesmo período de 2018.

Obviamente, o Brasil não está fora desse contexto. No acumulado no ano até agosto, as exportações brasileiras registraram uma contração de 6,0%, impactadas, além da contração do comércio mundial, pelos problemas da Argentina.

COMO ESTÃO AS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO?

Entre janeiro e agosto deste ano, o valor total das exportações do agronegócio brasileiro acumulou uma retração de 7,0%. Essa contração é puxada tanto pelas atividades agropecuárias, que estão exportando 6,2% menos do que em 2018 (até agosto), como pela agroindústria, que teve o valor das suas vendas externas reduzido em 7,6% no período. Contudo, como o setor agropecuário e a agroindústria não são unidades homogêneas, é necessário analisar esses setores detalhadamente.

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS: EXPORTAÇÕES EM QUEDA INFLUENCIADA PELA SOJA

Em relação às atividades agropecuárias, é a soja que está puxando o valor exportado para baixo. Além de responder por uma fração relevante dos embarques do agronegócio nacional (68,6%), as exportações de soja registraram uma forte contração (-20,3%) entre janeiro e agosto deste ano. É válido destacar que, provavelmente, essas exportações foram fortemente impactadas pelos problemas decorrentes da peste suína africana, que afetou, sobretudo, a China.

A retração das vendas externas das atividades agropecuárias só não foi mais expressiva especialmente por conta do milho (classificado no setor de cereais), cujas exportações já acumularam alta de 153,5% no ano.

AGROINDÚSTRIA: CONTRAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PUXADA PELOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

Em relação à agroindústria, o setor que está levando as suas vendas externas para baixo é o de produtos alimentícios. A importância desse setor para o resultado das exportações agroindustriais deve-se tanto à magnitude da sua contração (-12,0% no acumulado do ano), como à sua participação (57,1%) no total do valor exportado pela agroindústria. Dentro do grupo de produtos alimentícios, a contração foi observada tanto entre os alimentos de origem animal (-4,3%), como entre os alimentos de origem vegetal (-18,7%)

Essa forte contração entre os alimentos de origem vegetal é explicada pela redução dos embarques, de um lado, de óleo e de farelo de soja (setor de óleos e gorduras) e, de outro, de açúcar. O setor de óleos e gorduras representa 45,7% do valor exportado dos alimentos de origem vegetal e apresentou uma contração de 18,8% no ano. O setor de refino e produção de açúcar, por sua vez, registrou uma contração de 22,3% das suas vendas externas. É importante lembrar que, em 2019, problemas climáticos prejudicaram a produção de cana-de-açúcar.

COMO ESTÃO AS IMPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO?

Apesar da desvalorização cambial e do limitado crescimento econômico brasileiro, as importações do agronegócio acumulam um crescimento de 3,7% no ano, sendo que tanto as atividades agropecuárias (1,0%) como a agroindústria (4,2%) contribuíram positivamente para essa expansão.

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS: EXPANSÃO DAS IMPORTAÇÕES INFLUENCIADA PELAS COMPRAS DE TRIGO

Nas atividades agropecuárias, o setor que puxou as importações para cima foi o de cereais (essencialmente, trigo). Esse é o principal setor importador das atividades agropecuárias brasileiras, responsável por 44,1% do valor importado. No acumulado do ano até agosto, as suas compras externas aumentaram em 7,7%. O crescimento dessas importações pode ser um reflexo da safra interna menos favorável, também comprometida por fatores climáticos.

AGROINDÚSTRIA: CRESCIMENTO DAS IMPORTAÇÕES DE INSUMOS

Em relação às importações agroindustriais, o setor que mais contribuiu para o seu crescimento foi o de insumos. Além de representar 48,0% do valor total importado no ano pela agroindústria, as importações de insumos registraram uma expansão expressiva de 15,5% no período. Esse aumento das importações de insumos mesmo em um momento de depreciação da moeda nacional é, possivelmente, um reflexo dos produtores preparando-se para a próxima safra, visto que, de acordo com o boletim Focus, o Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária é o que deve registrar o maior crescimento (2,7% a.a.) em 2020.

BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO: AINDA CONTRIBUINDO FORTEMENTE PARA AS CONTAS EXTERNAS

Em consequência da queda do valor das exportações e do aumento das importações do agronegócio, a balança comercial do setor registrou uma retração de 11,5%, passando de US$ 49,9 bilhões, em 2018 (até agosto), para US$ 44,1 bilhões, em 2019 (mesmo período), permanecendo, contudo, superavitária. Tanto as atividades agropecuárias como a agroindústria puxaram o crescimento da balança comercial do agronegócio para baixo, uma vez que ambas apresentaram contração no valor dos seus saldos comerciais.

As atividades agropecuárias registraram uma redução da sua balança comercial em 6,9% no ano. Esse setor é o principal responsável pelo superávit do saldo comercial do agronegócio, respondendo por 61,3% do total (US$ 27,0 bilhões). A agroindústria, do mesmo modo, registrou uma contração significativa do seu superávit comercial no ano, de 18,0%. Apesar de ainda ter se mantido superavitário, o saldo comercial desse setor passou de US$ 20,8 bilhões, em 2018, para US$ 17,1 bilhões, em 2019.

Portanto, fica evidente que o Brasil não está passando ileso pela tensão comercial entre os Estados Unidos e a China, uma vez que o comércio internacional está ficando mais restrito. Além disso, o Brasil sofre com as consequências dos problemas na Argentina. No entanto, o agronegócio brasileiro continua – com a sua balança comercial significativamente positiva – sendo responsável por uma parte importante do superávit comercial brasileiro acumulado em 2019, de US$ 31,4 bilhões. ■

VALOR DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES: VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO
(ATÉ AGOSTO DE 2019)

SETORES E SUBSETORES	Exportações (US$ bilhões)	Variação acumulada no ano (%)	Importações (US$ bilhões)	Variação acumulada no ano (%)
Agronegócio	66,31	-7,0	22,19	3,7
Agroindústria	36,41	-7,6	19,31	4,2
Produtos não alimentícios	15,41	-1,1	15,04	5,3
Insumos	1,22	-14,1	9,27	15,5
Têxteis	2,04	-10,0	3,00	-7,2
Florestais	8,83	-0,8	0,81	-1,1
Outros	3,32	10,8	1,96	-10,8
Produtos alimentícios e bebidas	20,99	-11,8	4,27	0,3
Produtos alimentícios	20,77	-12,0	3,45	-4,3
Alimentos de origem vegetal	10,18	-18,7	1,44	-3,6
Alimentos de origem animal	10,59	-4,3	2,02	-4,8
Bebidas	0,22	12,8	0,82	25,9
Atividades agropecuárias	29,90	-6,2	2,88	1,0
Cereais	4,23	153,5	1,27	7,7
Soja	20,50	-20,3	0,04	-35,7
Fibras têxteis	1,10	118,5	0,01	-67,6
Frutas	0,39	7,9	0,29	-12,2
Outros	3,68	1,5	1,28	1,0

Fonte: Comex Stat; elaboração: FGV Agro

1 Mestre em Economia Agrícola pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) e pesquisadora do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro) – roberta.possamai@fgv.br

2 Doutor em Economia pela FGV-EESP, professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br

3 Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

ETANOL É ENERGIA LIMPA E DESCENTRALIZADA

PLINIO M. NASTARI*

Os biocombustíveis podem ajudar em dois desafios da humanidade: o aquecimento global e a crise do emprego. E o Brasil é referência mundial nessa área.

OS DOIS maiores desafios da humanidade são o aquecimento global e a crise do emprego. Para resolver esses dois problemas, despontam os biocombustíveis como estratégia replicável e escalável em nível global. Até pouco tempo atrás, organismos internacionais não davam muita atenção ao papel que a bioenergia poderia representar para o futuro da energia e do meio ambiente, mas isso mudou. Na COP-23, de Bonn, em novembro de 2017, dezenove nações representando mais de 50% da população do Planeta, incluindo a Índia, a China, vários países europeus e o Brasil, emitiram uma histórica declaração de visão, endossada pela Agência Internacional de Energia (AIE) – organismo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sediado em Paris – e pela Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA, na sigla em inglês), sediada em Abu Dhabi (Emirados Árabes Unidos). A visão em questão indica que, para que se limite o aquecimento global a 2 °C até 2050, é mandatório que, até 2030, se dobre a proporção da bioenergia no consumo global de energia e se triplique a proporção dos biocombustíveis sustentáveis no consumo de energia para transportes. Além disso, aumentar a escala da bioenergia é possível usando práticas sustentáveis e o potencial de expansão de produção com a adoção de políticas apropriadas.



SHUTTERSTOCK

No momento em que o mundo assiste, em choque e angústia, aos ataques por *drones* às instalações de refino de petróleo na Arábia Saudita, cresce a importância da produção de energia não apenas limpa e geradora de emprego, mas segura e complementar aos combustíveis tradicionais, por ser produzida de forma descentralizada.

O Brasil transformou-se na indiscutivelmente reconhecida referência internacional na utilização de combustível líquido limpo e renovável. O etanol utilizado em mistura com a gasolina e o etanol puro pela frota *flex* substituíram 45,7% de toda a gasolina consumida nos primeiros sete meses de 2019.

Entre 1976 e 2018, foram substituídos o uso e a importação de mais de 3 bilhões de barris de gasolina, um marco significativo para o Brasil, que possui reservas provadas de petróleo e compensados de 12,6 bilhões de barris, incluindo o pré-sal. O valor econômico da gasolina substituída, calculado pela DATAGRO, equivale a mais de US$ 506 bilhões constantes de dezembro de 2018, incluindo de forma conservadora o impacto da dívida externa evitada, valor muito superior às nossas reservas totais de divisas de US$ 386 bilhões.

Nesse período, foi incorporado um contingente expressivo de mão de obra, absorvido por empregos gerados de forma descentralizada no interior, reduzindo de forma expressiva investimentos públicos em infraestrutura nos grandes centros e a pressão sobre os cofres públicos. Ao longo de todo esse período, ficou comprovado o impacto positivo do emprego relacionado à produção de cana-de-açúcar sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios onde a atividade se instalou.

Em termos ambientais, o fato de o etanol de cana ser praticamente neutro em emissões de gases causadores do efeito estufa transformou-o numa das fontes de energia mais limpas para alimentar a mobilidade eficiente dos pontos de vista energético e ambiental.

Pela sua elevada octanagem de 116 AKI em comparação à média da gasolina (de 87 AKI), o Brasil, com o uso de etanol em mistura com a gasolina, foi pioneiro mundial na eliminação do venenoso chumbo tetraetila, anteriormente utilizado como aditivo elevador da octanagem, causador do saturnismo e de uma contaminação cerebral que afeta as crianças principalmente.

O etanol tem substituído compostos aromáticos cancerígenos contidos na gasolina, reduzindo, também, emissões de material particulado e outros compostos nocivos à saúde, como monóxido de carbono, formaldeídos e compostos orgânicos voláteis geradores de *smog* fotoquímico. Enquanto a gasolina emite formaldeídos, que são próximos do formol utilizado para conservar cadáveres, o etanol emite acetaldeídos, que são primos do nosso velho conhecido vinagre. Por conta do uso de biocombustíveis, as nossas grandes cidades não têm a mesma poluição do ar que metrópoles como Pequim, Nova Deli e Cidade do México.

Com a Política Nacional de Biocombustíveis, conhecida como RenovaBio, plano desenvolvido no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e aprovado pelo Congresso brasileiro em 2017 por larga maioria parlamentar, sem subsídios ou novo imposto sobre carbono, foi criado um mecanismo de certificação que irá incentivar a eficiência energético-ambiental e terá como resultado a redução de preço dos biocombustíveis ao consumidor, levando a uma precificação do carbono pelo mercado, e não pela caneta de um burocrata do Governo. As metas de descarbonização aprovadas pelo CNPE devem levar a uma redução acumulada da emissão de 686 milhões de toneladas de CO_2 equivalente até 2029, o que corresponde a mais de um ano de emissões totais de carbono da França. O RenovaBio vem sendo regulamentado em etapas sucessivas por Decretos e Resoluções do CNPE e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), cumprindo rigorosamente todos os seus prazos legais.

Com o etanol, o Brasil tem uma opção tecnológica de mobilidade muito superior à que vários outros países têm perseguido ao pretenderem substituir motores de combustão interna por outras motorizações que não utilizam fontes limpas e de baixa pegada de carbono, numa falsa ilusão de que, desta maneira, estão gerando emissão zero.

É por esse motivo que dirigentes de montadoras europeias têm alertado que até os atuais carros movidos a diesel são mais limpos do que outras opções tecnológicas que, embora estimuladas por enormes subsídios, pouco interesse têm capturado nos consumidores. A Universidade de Munique aponta que carros elétricos a bateria que circulam na Alemanha estão emitindo 141 gramas de CO_2 eq. por quilômetro.

Enquanto isso, a emissão de gases do efeito estufa dos atuais veículos equipados com motores de combustão interna utilizando etanol (mesmo não estando ainda otimizados) é de apenas 58 g CO_2 eq./km. E, graças a novas tecnologias a serem em breve implantadas como resultado da Lei do Rota 2030 aprovada em 2018, estamos indo na direção de 39 g CO_2/km. Estamos, também, indo na direção da eletrificação com biocombustíveis com o novo híbrido *flex* a etanol lançado em setembro no Brasil, já considerado o carro mais limpo do Planeta, pois emite apenas 29 g/km. Usados de forma associada, os biocombustíveis representam uma estratégia que vai dar longevidade e sustentabilidade à utilização das nossas extraordinárias reservas de petróleo e condensados. ■

*Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no CNPE

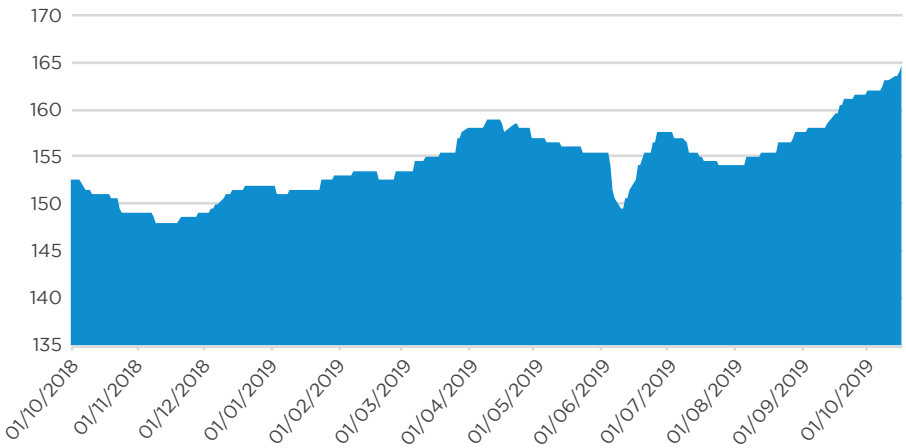
EXPECTATIVAS PARA O BOI GORDO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO*

Caso não ocorra nenhuma surpresa com a economia, a política e os fundamentos de mercado, as projeções apontam um mercado firme para o boi gordo em 2020. As valorizações poderão ocorrer de forma mais intensa em relação a 2019, principalmente no segundo semestre.

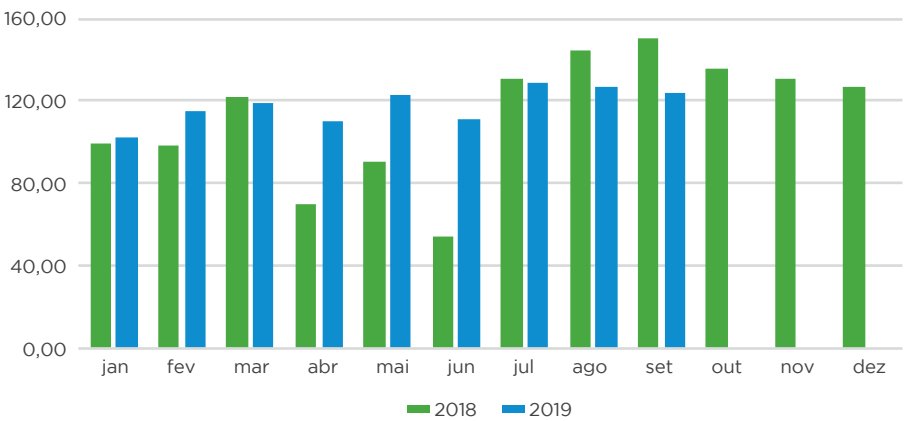
O MERCADO do boi gordo segue firme desde o segundo semestre, com a entrada efetiva da entressafra e a volta da China às compras do Brasil depois do caso atípico de mal de vaca louca – que ocorre de forma esporádica e espontânea em animais velhos – registrado em Mato Grosso.

BARRETOS-SP: PREÇOS DO BOI GORDO
(R$/@, A PRAZO, LIVRES DE FUNRURAL)



Fonte: Scot Consultoria

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CARNE BOVINA *IN NATURA*
(MIL TONELADAS)



Fonte: Scot Consultoria

O volume de gado confinado, importante para a oferta no período atual, sofreu um impacto negativo com a valorização do milho, a partir de maio, junto aos preços dos bovinos de reposição, que entraram em uma trajetória praticamente ininterrupta de alta.

No mercado internacional, o bom ritmo das exportações colabora com a sustentação das cotações do boi na comercialização interna. No acumulado de janeiro a setembro deste ano, o volume embarcado aumentou frente ao do mesmo período de 2018.

Durante o decorrer de outubro, a média diária exportada ficou acima da de setembro passado e da de outubro de 2018 (segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX). A expectativa é de que os embarques, principalmente para a China, continuem em bons patamares nos próximos meses, o que deverá manter a procura aquecida pelos compradores (frigoríficos).

CURTO E MÉDIO PRAZOS

A expectativa é de que o consumo doméstico melhore no último bimestre do ano. No mercado de trabalho, haverá contratações temporárias, pagamentos de décimo terceiro salário e festas de final e começo de ano.

Do lado da oferta, a quantidade de gado confinado não deverá ser suficiente para pressionar para baixo as

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DOS CONTRATOS FUTUROS DE BOI GORDO NA B3
(CONTRATO COM VENCIMENTO EM MAIO DE 2020)



Fonte: B3 (18 de outubro)

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DOS CONTRATOS FUTUROS DE BOI GORDO NA B3
(CONTRATO COM VENCIMENTO EM OUTUBRO DE 2020)



Fonte: B3 (18 de outubro)



SHUTTERSTOCK

cotações do boi gordo. Já a boiada de pasto demorará um pouco para chegar ao mercado. Houve atrasos nas chuvas em importantes regiões produtoras, e as condições das pastagens estavam prejudicadas até o final de outubro.

Com isso, o mercado de boi gordo deverá continuar firme e em alta até o início da safra, mesmo com o aumento da disponibilidade de boiadas para abate. De qualquer forma, considerando um cenário de demanda aquecida, o efeito da safra deverá ser menor sobre os preços da arroba no primeiro semestre de 2020.

Analisando os contratos futuros de boi gordo (na B3) com vencimentos no primeiro semestre de 2020, projetamos um patamar de preços mais alto em relação às cotações atuais vigentes no mercado físico.

No contrato de maio de 2020, por exemplo, o preço da arroba, entre agosto e meados de outubro deste ano, saiu de R$ 160,00 para um patamar acima de R$ 176,00. Isso corroborou as expectativas de um mercado firme em plena safra.

Para o segundo semestre de 2020, o mercado futuro sinaliza preços ainda mais altos para o boi gordo. Além do período de entressafra e as maiores demandas interna e externa, as previsões são de preços altos para o milho e o farelo de soja e firmes para os animais de reposição. Esse quadro poderá reduzir o número de cabeças confinadas e prejudicar ainda mais a oferta de bovinos para abate na segunda metade do ano.

Segundo a evolução da cotação do contrato futuro de boi gordo com vencimento em outubro de 2020 na B3, os valores ultrapassaram R$ 180,00/@ em outubro último. ■

*Zootecnista da Scot Consultoria



Powered by anuga

Participe da versão brasileira da maior feira de alimentos e bebidas do mundo

anufood brazil

All About Food

Feira Internacional Exclusiva para o Setor de Alimentos e Bebidas

9-11 Março 2020

São Paulo Expo, São Paulo, Brasil

- AGRIFOODS
- MEAT
- CHILLED & FRESH FOOD
- DAIRY
- DRINKS & HOT BEVERAGES
- FINE FOOD
- BREAD & BAKERY
- ORGANIC
- SWEETS & SNACKS
- FOOD SERVICE

- Expositores nacionais e internacionais
- Diversidade de produtos do mundo inteiro

60% maior em área de exposição

CREDENCIE-SE

www.anufoodbrazil.com.br

Parceria Estratégica

ABIA · ABIR · abrasel · ITAL · SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Coorganizador das Conferências

FGV EUROPE PROJETOS

Organização

koelnmesse

CADEIA PRODUTIVA DE LEITE FRENTE AO ACORDO ENTRE MERCOSUL E UE

GLAUCO RODRIGUES CARVALHO[1], DENIS TEIXEIRA DE ROCHA[1],
PAULO DO CARMO MARTINS[1], VINÍCIUS PIMENTA D. R. NARDY[2]

Os principais ganhos potenciais de comércio para o Brasil decorrentes do acordo envolvendo o MERCOSUL e a UE devem ser na área agropecuária. No caso do leite, apesar de figurar como o terceiro maior produtor mundial, o País ainda é importador líquido de lácteos. Por isso, o leite está na lista de produtos considerados sensíveis nesse acordo, tendo em vista os potenciais impactos negativos sobre a cadeia produtiva.

O GOVERNO brasileiro tem imprimido uma agenda de abertura da economia. Entre as iniciativas adotadas, tem-se a busca pela celebração de acordos bilaterais para a ampliação do fluxo de comércio do Brasil com outras nações. Nesse contexto, o setor agropecuário destaca-se como o mais competitivo no âmbito da economia brasileira. Em 2018, as vendas externas do agronegócio bateram recorde, superando a marca de US$ 100 bilhões, o que correspondeu a 42,4% do total das exportações brasileiras no ano. O agronegócio foi, também, responsável pelo maior superávit setorial do País, registrando um saldo positivo de US$ 87,6 bilhões.

Até o momento, o principal avanço nessa agenda de comércio foi o acordo envolvendo o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE), que teve as suas negociações iniciadas ainda em 1999. Esse acordo, anunciado no final de junho de 2019 e que está em fase de revisão e aprovação dos países-membros, tem uma importância especial para o Brasil. A UE é o segundo maior parceiro comercial do Brasil (18,2% do comércio total brasileiro) e o maior investidor estrangeiro no País, respondendo por mais de 50% dos investimentos. Além disso, o Brasil é, juntamente aos Estados Unidos, o maior fornecedor de produtos agrícolas para a UE. Dados do Itamaraty indicam que, com a implantação efetiva do acordo, o percentual das exportações brasileiras para a UE que estarão livres de tarifas passará de 24% para 95%.

Nesse sentido, os principais ganhos potenciais de comércio para o Brasil devem ser na área agropecuária. O Brasil é destaque na produção e na exportação de muitos produtos do agronegócio, como café, laranja, açúcar, milho, algodão e carnes (bovina, suína e de frango). Entretanto, tal situação não é regra geral. No caso do leite, apesar de figurar como o terceiro maior produtor mundial, o País ainda é importador líquido de lácteos, com volume anual importado de 3% a 5% da produção nacional e déficit comercial próximo de US$ 450 milhões. Em 2018, as compras de leite em pó e queijos representaram quase a totalidade do volume importado, com o Brasil comprando 96 mil toneladas de leite em pó e cerca de 29 mil toneladas de queijos, sendo quase metade desse volume em queijo muçarela. Por outro lado, os volumes exportados ainda são baixos, sendo os produtos de maior destaque na pauta de exportações o leite condensado, os queijos e o creme de leite.

Essa situação fez com que o leite figurasse na lista de produtos considerados sensíveis nesse acordo pelo governo brasileiro, tendo em vista os potenciais impactos negativos sobre a cadeia produtiva. As principais argumentações dizem respeito ao possível aumento das importações de leite em pó e queijos vindos da UE que poderiam afetar os preços internos e a sustentabilidade, principalmente dos pequenos produtores nacionais. Esse grupo, que produz menos de 200 litros diários, representa mais de 90% dos estabelecimentos com produção de leite no Brasil, segundo os dados do último Censo Agropecuário.

Pelo acordo, no mercado de queijos, a cota de tarifa recíproca estabelecida inicialmente foi de 3 mil toneladas anuais, com tarifa intracota de 14,4% a 25,2%. Ao final de dez anos, as tarifas serão zeradas e a cota atingirá 30 mil toneladas anuais, exceto para a muçarela, que ficou de fora do acordo. No caso do leite em

FLUXO DE COMÉRCIO DE PRODUTOS LÁCTEOS DO BRASIL COM O MUNDO E DO BRASIL COM A UE E A SUA PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL EM 2018
(EM MIL US$)

	Importações brasileiras			Exportações brasileiras		
PRODUTO	Total do mundo	Da UE	Part. UE/mundo	Total do mundo	Da UE	Part. UE/mundo
Leite em pó	271.468	1.528	0,60%	1.952	7,1	0,40%
Queijo	129.225	26.241	20,30%	17.832	79,9	0,40%
Manteiga	22.611	5.759	25,50%	690	15,5	2,30%
Leite modificado	15.136	12.975	85,70%	2.674	5,3	0,20%
Leite condensado	–	–	–	17.836	6,3	0,04%
Creme de leite	–	–	–	13.033	4,3	0,03%
Outros produtos	47.308	2.766	5,80%	4.294	67,3	1,60%
TOTAL	**485.748**	**49.268**	**10,10%**	**58.312**	**185,6**	**0,30%**

Fonte: Comex Stat/MDIC; elaboração pelos autores

pó, a cota sairá de 1 mil tonelada, com tarifa intracota de 25,2%, para 10 mil toneladas em dez anos. O outro produto acordado é a fórmula para lactentes, que tem cota fixada em 5 mil toneladas ao final de dez anos.

Ao analisar o fluxo de comércio de lácteos entre Brasil e UE no período mais recente (*vide* tabela), percebe-se que as cotas de importação estabelecidas para o MERCOSUL não deverão ter grandes impactos sobre as transações de lácteos entre as partes. Os volumes acordados são relativamente baixos considerando o volume atualmente comprado pelo Brasil, sobretudo no leite em pó (menos de 10% das importações atuais). Para esse produto, as compras brasileiras vêm, tradicionalmente, da Argentina e do Uruguai, que possuem preços mais competitivos do que os da UE, mesmo com a eliminação das taxas hoje aplicadas aos produtos europeus. Em 2018, o leite em pó vindo da UE representou apenas 0,6% das importações brasileiras desse produto.

Em queijos, o volume das cotas já é mais expressivo, sendo equivalente ao total importado de queijos no ano passado. É importante ressaltar que a muçarela, que representa quase metade das importações brasileiras de queijos, não faz parte do acordo. Em 2018, 20,3% das importações brasileiras de queijos vieram da UE, sobretudo em produtos de maior valor agregado. Nesse caso, com a plena implantação do acordo, poderá haver um crescimento das importações de alguns queijos finos oriundos do continente europeu, mas sem grandes impactos diretos sobre a indústria nacional, já que esses produtos representam apenas cerca de 20% das vendas domésticas de queijos. Portanto, esse impacto poderá ser maior sobre empresas focadas exclusivamente na linha de produtos em questão.

Já no caso das fórmulas para lactentes (na tabela, definidas como 'leite modificado'), o volume estabelecido na cota ao final de dez anos é 2,5 vezes o importado pelo Brasil em 2018. Entretanto, esse produto tem um mercado mais restrito dentro do total importado pelo Brasil, além do fato de a UE já ser o nosso principal fornecedor, sendo responsável por mais de 85% das importações.

Por outro lado, existe a possibilidade de o Brasil beneficiar-se do acordo



para a expansão das suas exportações. Atualmente, as exportações brasileiras de lácteos para a UE representam apenas 0,3% do total desses produtos. Além disso, o País pode explorar a imagem da habilitação junto à UE para facilitar a entrada de lácteos brasileiros em outros mercados importadores de lácteos.

No entanto, para aproveitar-se dessas oportunidades de comércio, o Brasil precisará superar grandes desafios, sobretudo relacionados a sanidade animal, qualidade do leite, escala de produção, custos e logística. Caso contrário, a nossa presença deverá permanecer limitada a nichos e algumas oportunidades pontuais de mercado.

De toda forma, considerando o prazo de dez anos para a eliminação completa das tarifas de comércio envolvendo os lácteos, haverá tempo suficiente para trabalhar uma agenda de competitividade e eliminar os atuais gargalos existentes no setor.

A cadeia produtiva de leite já está com esse tema em pauta, buscando aumentar a sua inserção no mercado internacional e reduzir a dependência exclusiva do mercado interno. O próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) tem procurado coordenar esses esforços para o desenvolvimento da cadeia, além de buscar novos acordos comerciais para a expansão das exportações brasileiras, como recentemente anunciado em relação à China e ao Egito. É um longo trabalho, mas a transformação tecnológica que vem ocorrendo no setor é sintomática da melhoria da nossa competitividade. É só andar pelo Brasil e observar como a produção de leite mudou, com melhores tecnologia, gestão e escala de produção. É preciso que essa transformação seja realizada com uma visão de médio e longo prazos para permitir um desenvolvimento contínuo e sustentável do setor. ■

1 Economistas e pesquisadores da Embrapa Gado de Leite

2 Graduando em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)



SHUTTERSTOCK

MP DO AGRO REESTRUTURA A POLÍTICA AGRÍCOLA NACIONAL

DA REDAÇÃO

Em 1º de outubro, foi assinada a Medida Provisória nº 897, chamada de MP do Agro. O pacote institui o Fundo de Aval Fraterno e dispõe sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a concessão de subvenção econômica e, talvez o tópico mais interessante, os títulos do agronegócio em moeda estrangeira.

O MERCADO de crédito para agricultura depara-se com uma situação inusitada na história do País. A taxa de juros controlados do crédito rural oriundo da chamada exigibilidade – recursos do saldo médio dos bancos que obrigatoriamente devem ser aplicados no setor – nunca esteve tão próxima dos créditos oferecidos à taxa de juros livres.

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) da safra 2019/20 prevê empréstimos da ordem de R$ 222,7 bilhões, bem próximos do que houve na temporada passada. A enorme diferença está na menor disponibilidade (menos R$ 36,3 bilhões) para financiamentos a juros controlados, que, agora, deverão ser cobertos com crédito à taxa de juros livres.

O agro brasileiro precisa cada vez mais de capital de giro para realizar o custeio, o investimento e a comercialização das safras – em torno de R$ 450 bilhões a R$ 500 bilhões por ano. O orçamento dos PAPs não tem conseguido acompanhar a evolução dessa cifra. Tal financiamento é necessário não só para atender a segurança alimentar interna, mas também para gerar excedentes de produtos para exportação, o grande impulsionador de fato do agro nacional.

PRINCIPAIS PONTOS DA MP DO AGRO

A seguir, apresentam-se os quatro itens mais importantes previstos pela MP. O Governo pretende que esse pacote de ações esteja em execução no decorrer de 2020.

1: Títulos com variação cambial

Talvez, a medida mais importante seja permitir que os títulos de crédito do agronegócio sejam emitidos em moeda estrangeira e registrados no exterior. Espera-se que esse item estimule o investimento estrangeiro no agronegócio.

As emissões de Cédula de Produto Rural (CPR) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com cláusula de variação cambial em moeda estrangeira poderão ser estruturadas e registradas no exterior livres de tributação no Brasil.

Toda CPR emitida a partir de 1º de julho de 2020 passa a ter a obrigatoriedade de ser registrada em uma entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como a B3, a Central de Recebíveis (CERC) e a Central de Registro de Direitos Creditórios (CRDC).

A CPR será isenta de imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros (IOF) quando transformada em ativo financeiro e vendida de um credor para outro no mercado secundário.

O CRA poderá ser registrado em entidades no exterior mediante uma autorização da CVM. O procedimento é análogo ao de ações brasileiras negociadas no exterior na forma de American Depositary Receipts (ADRs). A expectativa é de se elevar o estoque de CRAs negociados na B3 de R$ 39 bilhões em setembro para R$ 80 bilhões.

2: Patrimônio de afetação

Permite que o produtor "recorte" a fazenda para dar as partes como garantia em operações de crédito, sem, todavia, fazer a sua partilha em cartório. Em vez de entregar a propriedade inteira, o produtor dará uma parte daquele patrimônio de afetação. Hoje, o produtor precisa entregar todo o imóvel como garantia.

Como consequência do fracionamento das propriedades, tal item cria, também, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), que

será emitida com lastro no patrimônio fracionado e poderá ser negociada no mercado de títulos e valores mobiliários.

Não poderão ser fracionados imóveis vinculados à hipoteca, áreas com tamanho inferior ao módulo rural e bens de família.

3: Fundo de Aval Fraterno (FAF)

O principal objetivo é ampliar a oferta de crédito rural, além de dar condições aos produtores de terem acesso às garantias adicionais para quitar as dívidas e reestruturar seus negócios. O esquema compreende a formação de grupos com até dez participantes compostos por produtores rurais, instituições financeiras, além de outros interessados integrantes da cadeia produtiva.

Se um dos devedores não pagar, o grupo arcará com as suas despesas. Isso significa mais garantia para o agente financeiro. Se todos os produtores quitarem o crédito até o final da operação, o grupo será desmontado e serão devolvidas aos participantes as partes recolhidas como garantia, com a correção dos valores.

Com o FAF, os produtores contarão, na renegociação de dívidas, com garantias solidárias e recursos para a construção de estruturas na armazenagem de cereais. O FAF será acionado após esgotadas as garantias reais e fidejussórias aplicáveis. A expectativa do Governo é de um aporte inicial de R$ 5 bilhões.

4: Participação e distribuição da subvenção

A Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica (subsídio financeiro) nas operações de crédito rural, será alterada. Antigamente, somente os bancos oficiais federais e as cooperativas podiam participar da equalização da taxa de juros subsidiada pelo Tesouro Nacional. Agora, todas as instituições financeiras que operam com crédito rural também podem fazer parte.

Empresas cerealistas terão acesso a uma linha de financiamento exclusiva para a construção ou a expansão de silos e armazéns, por meio do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA). As operações de financiamento precisarão ser firmadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) até 30 de junho de 2020, com taxas de juros subvencionadas pelo Tesouro Nacional.

DECISÃO TOMADA NO MOMENTO CORRETO

Encaminhada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em 1º de outubro último, a Medida Provisória nº 897, chamada de MP do Agro, foi assinada pelo presidente da República. O pacote institui o FAF e dispõe sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas e os títulos do agro com cláusula de variação cambial.

O mercado não foi pego de surpresa por essa MP. Como grande *player* mundial do agronegócio, o Brasil necessita de políticas mais adequadas para a viabilização dos negócios. As reuniões para discussões sobre o tema, que ocorreram durante o primeiro semestre, envolveram especialistas de entidades registradoras e depositárias, *trading companies* e securitizadoras, além do Ministério da Economia e do BCB.

Não há dúvida quanto à importância positiva da MP do Agro para levar adiante as políticas agrícolas administradas pelo Governo, com o envolvimento de uma participação mais ativa da iniciativa privada. ■

SHUTTERSTOCK



OS PEQUENOS AGRICULTORES QUE VIVEM NA AMAZÔNIA

EVARISTO DE MIRANDA[1], CARLOS ALBERTO DE CARVALHO[2], PAULO ROBERTO RODRIGUES MARTINHO[2], OSVALDO TADATOMO OSHIRO[2]

Muito se falou nos últimos meses sobre as queimadas ocorridas no bioma Amazônia e sobre a responsabilidade da atividade agropecuária nisso. É preciso entender o perfil de produção dessa região e a realidade social das famílias que dependem da terra.

OS PEQUENOS agricultores são a espécie mais ameaçada de extinção na Amazônia. São pecadores, abandonados pelo poder público, vítimas das iniciativas de "desantropização" de ambientalistas, tratados em campanhas de parte do agronegócio como grileiros e bandidos, enquanto o Código Florestal favorece a grande empresa rural em detrimento da agricultura familiar. E receberam a condenação espiritual de suas práticas agrícolas no Sínodo da Amazônia. Mais de 5 milhões de pessoas, há décadas produzindo e preservando em meio às florestas equatoriais, perguntam-se: *unde veniet auxilium meum*?

Quantos agricultores vivem, hoje, no bioma Amazônia? Uma sofisticada análise conjugada dos dados geocodificados de 534.261 imóveis rurais do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e das coordenadas geográficas de cada um dos 677.596 estabelecimentos agropecuários, levantados pelo Censo Agropecuário de 2017, permitiu aos pesquisadores da Embrapa Territorial responderem essa pergunta. São 1.007.724 produtores, dos quais mais de 89% são pequenos agricultores.

Quanto do bioma Amazônia está ocupado pela vegetação nativa? Hoje, 84,1% da área está recoberta por vegetação nativa (353.156.844 hectares), incluindo vegetações florestais, não florestais e mistas. As grandes superfícies hídricas (8.818.423 hectares) representam 2,1%. Os ambientes predominantemente naturais somam 86,2% do bioma Amazônia.

Quanto do bioma Amazônia está ocupado pela agropecuária? Cerca de 12,8%. Pastagens nativas, plantadas e manejadas alcançam 10,5% do bioma Amazônia (44.092.115 hectares). Lavouras anuais, semiperenes e perenes somam 2,3% (9.658.273 hectares). Já as infraestruturas viárias, urbanas, energético-mineradoras e outras são estimadas em 1,0% no mapeamento realizado pela Embrapa Territorial.

Qual é a relevância da agricultura no bioma Amazônia? Essa produção vegetal é irrelevante para as exportações e o Produto Interno Bruto (PIB). Apenas 0,5% da produção nacional de cana-de-açúcar, menos de 2,0% da de algodão e laranja e 5,0% da de café estão no bioma. Milho e soja representam 7,6% e 9,8% da produção nacional respectivamente. Mas essa produção vegetal é fundamental para abastecer quinhentas cidades amazônicas em frutas, leite e derivados, ovos, grãos, hortaliças e outros produtos. Quando

NÚMERO DE PRODUTORES RURAIS POR ESTADO NO BIOMA AMAZÔNIA

ESTADOS NO BIOMA AMAZÔNIA	Número de produtores rurais	%	% acumulada
Pará	407.341	40,4	40,4
Rondônia	157.705	15,6	56,1
Amazonas	118.604	11,8	67,8
Mato Grosso	113.333	11,2	79,1
Maranhão	100.738	10,0	89,1
Acre	57.674	5,7	94,8
Roraima	23.750	2,4	97,2
Tocantins	15.455	1,5	98,7
Amapá	13.124	1,3	100,0
TOTAL	**1.007.724**	**100,0**	

Fonte: IBGE

trazidos de outras regiões do Brasil, seu custo é altíssimo. Apenas a produção de carne bovina na região é relevante para o abastecimento nacional e as exportações (29% do rebanho).

Quantos agricultores desmatam no bioma Amazônia? Em 2018, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ocorreram nas áreas rurais do bioma 28.862 desmatamentos, de tamanho variável, somando 7.094 quilômetros quadrados. Mesmo numa hipótese maximalista, em que cada desmatamento foi realizado por um produtor diferente, isso envolveria menos de 3% dos agricultores – o que não significa 3% de ilegalidade, já que o Código Florestal autoriza abrir até 20% da área dos imóveis rurais.

Quantos agricultores praticam queimadas no bioma Amazônia? Mais de 80%. Os povoadores europeus aprenderam essa técnica do Neolítico com os indígenas. Nada houve de excepcional na Amazônia em 2019. Os agricultores usaram o fogo para renovar pastagens, combater carrapatos, eliminar restos culturais, abrir capoeiras, fertilizar solos com cinzas etc. Tecnologias para substituir o uso do fogo custam caro: mecanização, adubos químicos, pesticidas etc. Alguém no Planeta propõe financiar o acesso a essas alternativas para os pequenos produtores rurais amazônicos?

Os desmatamentos são legítimos ou ilegais? Em cerca de cinquenta anos, os governos estabeleceram 2.405 assentamentos agrários no bioma Amazônia e instalaram 521.000 famílias. A maioria segue sem título de propriedade de seu pequeno lote. Como obter financiamento sem regularização fundiária? Como solicitar autorização de desmatar para plantar mandioca? Mesmo quem solicita, respeitando as exigências do Código Florestal, não recebe. Multados, perderam acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Estão no fundo do poço. Urbanoides exigem que eles saiam de lá sozinhos e de forma "sustentável".

Os pequenos são criminosos ou informais? Nas cidades, os pequenos agricultores fariam parte da economia informal, como funcionários de salões de beleza, quituteiras, entregadores etc. Na contramão das políticas públicas para reduzir a informalidade, no campo, organizações do agronegócio exportador, em face dos tumultos amazônicos recentes, tratam-nos como ilegais, grileiros, sobre quem deveria incidir o rigor da lei. Simplismo e crueldade. Os agricultores familiares da Amazônia não são empresários ou investidores rurais, modelos de sustentabilidade pelo capital e *marketing* (*greenwash*). Os pequenos precisam de assistência técnica, extensão rural, associações e cooperativas, acesso à informação, novas tecnologias e circuitos de comercialização. Devem ser apoiados, e não criminalizados por um discurso fácil.

Queimada é crime ou pecado? Sem espaço na agenda multiculturalista da esquerda, os pequenos agricultores não têm direitos nem lugar. Órfãos de pai e mãe, não há quem os defenda, nem na terra, nem nos céus. Na abertura do Sínodo da Amazônia, do qual não participaram, o Papa vaticinou: "o fogo causado por interesses que destroem, como o que devastou recentemente a Amazônia, não é o fogo do Evangelho". Estão condenados.

Enquanto o leitor percorre este artigo, famílias rurais cuidam de plantações, bezerros, armazenagem de feijão e reparos de cercas. Do Acre ao Amapá, de Roraima a Rondônia, do Amazonas ao Pará. Na Amazônia, são exemplos humildes de resistência, "re-existência", apesar da demonização *urbi et orbi* de seus meios de sobrevida. Produzem o que comem. Não serão extintos. ■

Para mais informações, acesse: https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/siteamazonia

ÁREAS DE VEGETAÇÃO NATIVA, ÁREAS EXPLORADAS E ÁREAS COM ÁGUA NO BIOMA AMAZÔNIA



Fonte: Embrapa

1 Doutor em Ecologia e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

2 Analistas da Embrapa

AS TECNOLOGIAS DO PLANO ABC NA MITIGAÇÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA

CELSO VAINER MANZATTO[1], EDUARDO DELGADO ASSAD[2], LUCIANA SPINELLI[1], FERNANDA GARCIA SAMPAIO[1], ELENEIDE DOFF SOTTA[3], LUIZ EDUARDO VICENTE[1], SANDRO EDUARDO MARSCHHAUSEN PEREIRA[1], DANIEL GOMES DOS SANTOS WENDRINER LOEBMANN[1], ANDREA KOGA VICENTE[3]

Na 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-15/UNFCCC, nas siglas em inglês), realizada em Copenhague em 2009, o Brasil assumiu metas de redução das emissões de gases do efeito estufa na agropecuária. Um estudo aponta que, até 2018, graças à adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono, as metas negociadas foram atingidas em 73%.

NO DESENVOLVIMENTO do agronegócio brasileiro, a adoção de tecnologias próprias de manejo do solo e a tropicalização dos cultivos agrícolas permitiram ao País aproveitar terras em diversas condições edafo-climáticas, num processo que reuniu eficiência produtiva, desenvolvimento tecnológico, organização empresarial e novas formas de comercialização, com forte protagonismo do setor privado. Esse foi o contexto no qual o Brasil assumiu, na COP-15, metas setoriais de redução das emissões de gases do efeito estufa (GEE) na agropecuária, por meio das Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMAs), via o Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC).

Essa estratégia, também denominada como Agricultura de Baixo Carbono (ABC), possui como princípios básicos baixas emissões e mitigação de dióxido de carbono (CO_2) no uso e no manejo da terra decorrentes de práticas de gestão agrícola e importante potencial de remoção de carbono com a adoção de sistemas integrados de lavoura-pecuária-floresta.

Como principais compromissos do Plano ABC, consta a ampliação das tecnologias referentes à Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD), a sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), a Sistemas Agroflorestais (SAFs), ao Sistema Plantio Direto (SPD), à Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN), a Florestas Plantadas (FP) e ao Tratamento de Dejetos Animais (TDA) em 35,5 milhões de hectares, com mitigação das emissões de GEE na ordem de 133,9 milhões a 162,9 milhões de megagramas de dióxido de carbono equivalente (Mg CO_2 eq.) até 2020, monitorados por meio da plataforma ABC.

Ressalta-se, nesse sentido, que o balanço do estoque de carbono no solo decorrente do manejo agrícola ainda não é

MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES DE GEE COM TECNOLOGIAS DO PLANO ABC ATÉ 2018

TECNOLOGIA ABC	Aumento da área de adoção ou uso previsto (milhões de hectares)	Potencial de mitigação previsto (milhões Mg CO_2 eq.)	Aumento da área de adoção ou uso ocorrido (milhões de hectares)	Mitigação estimada (milhões Mg CO_2 eq.)
RPD	15,0	83 a 104	3,3	18,0
iLPF	4,0	18 a 22	5,8	36,4
SPD	8,0	16 a 20	12,7	23,2
FBN	5,5	10	10,6	19,5
FP	3,0	–	10,0	89,1
TDA*	–	6,9	–	–
TOTAL**	**–**	**133,9 a 162,9**	**–**	**98,1***

*Meta atingida com volume de 4,3 milhões metros cúbicos de TDA: 100%
**Meta atingida para fixação de carbono no solo: (98,1/133,9) * 100 = 73%

considerado no Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa, pela falta de coeficientes de emissão/remoção de CO_2 que expressem as práticas de manejo, o histórico de uso da terra e o tempo de adoção da tecnologia nas diversas condições edafoclimáticas regionais (textura, fertilidade e regime climático). O objetivo é, então, estimar a contribuição da expansão da adoção das tecnologias do Plano ABC (TEC$_{ABC}$) e da mitigação de GEE (milhões de Mg CO_2 eq.).

As estimativas realizadas estão relacionadas apenas às variações espaço-temporais da expansão da adoção das TEC$_{ABC}$ com a mitigação das emissões de GEE associadas decorrentes do sequestro de carbono no solo, da biomassa vegetal, do tratamento de dejetos animais e das emissões evitadas pela FBN, calculadas por ano/período associadas às metas NAMAs, tendo como linha de base o ano de 2010.

O ano de 2010 foi estabelecido como linha de base para estimar a expansão da adoção das tecnologias do Plano ABC supondo que grande parte da expansão das áreas com as tecnologias ocorreu em decorrência das ações de fomento do Plano. As bases do levantamento de informações para estimativas foram o Censo Agropecuário Brasileiro (Censo) e a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outra importante fonte de informações são os dados do Banco Central do Brasil (BCB), que opera o Programa ABC. Apesar de os dados deste serem disponibilizados por ano e por área, eles não representam o total de área com adoção das tecnologias, pois muitos produtores podem adotar as tecnologias com recursos próprios ou, até mesmo, com outra fonte de financiamento.

As contribuições em mitigação (milhões de Mg CO_2 eq.) foram estimadas a partir da área expandida em hectares multiplicada pelo fator de emissão correspondente.

A tabela sumariza a remoção dos gases do efeito estufa atingidos por tecnologia nos períodos indicados. O resultado mais importante é que, com a adoção das TEC$_{ABC}$, em relação aos compromissos assumidos em Copenhague, as metas negociadas foram atingidas em 73%.

As estimativas ilustram, ainda, a oportunidade de mercado para os produtos agropecuários brasileiros por meio das TEC$_{ABC}$, que, além de contribuírem para a segurança alimentar, possuem múltiplas externalidades positivas ao meio ambiente, por meio da intensificação e da integração produtiva com mitigação das emissões. Incentivos para a adoção dessa estratégia produtiva são socialmente justificáveis e financeiramente rentáveis, podendo ser implementados, por exemplo, por meio da associação do Plano ABC ao Plano Safra. ■

1 Pesquisadores da Embrapa Meio Ambiente

2 Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária

3 Bolsistas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial categoria A (DTI-A) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)



SHUTTERSTOCK

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS É BOM PARA PRODUTOR E SOCIEDADE




BETO MESQUITA [1], EDUARDO BASTOS[2]

O momento atual é oportuno para refletir sobre o pagamento por serviços ambientais. Mas o que é isso e por que é importante?

QUANTO VALE o serviço de proteger uma floresta que assegura a perenidade de um manancial? Que tipo de incentivo econômico merece um proprietário rural que recupera a vegetação nativa das margens dos córregos que passam pelo seu imóvel, outrora desmatada pelos antecessores? Como calcular o valor do carbono armazenado nas áreas de vegetação nativa?

O desenvolvimento do conceito de serviços ambientais a partir da década de 1990 e os primeiros exercícios de valoração ambiental em nível global ajudaram a embasar a criação das primeiras iniciativas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Os PSA têm como fundamento reconhecer o valor econômico dos serviços ambientais e transformá-lo em incentivos financeiros para aqueles que os proveem. Parte-se da premissa de que, sem tais incentivos, os responsáveis pelas decisões acerca do uso do solo – agricultores, produtores e comunidades rurais – não poderão internalizar os benefícios potenciais decorrentes das decisões de proteção e recuperação da vegetação nativa e que, assim, optarão, provavelmente, por converter as áreas naturais em sistemas de produção pouco favoráveis à manutenção dos serviços ecossistêmicos.

Ao contrário do que alguns críticos afirmam, as iniciativas de PSA não representam uma "monetização da natureza". O desconhecimento sobre a diferença entre serviços ecossistêmicos e serviços ambientais costuma estar na raiz dessa crítica.

Serviços ecossistêmicos são os benefícios propiciados naturalmente pelos ecossistemas e que são imprescindíveis para a manutenção das condições necessárias à vida e à produção em bases sustentáveis, como oferta de água doce, polinização de cultivos agrícolas, manutenção de hábitat dos inimigos naturais de pragas e doenças, estabelecimento de fluxo e estoque de carbono, amenização das condições microclimáticas, estabilidade do clima global, contenção de erosões e controle de enchentes.

Serviços ambientais são as ações humanas que favorecem a conservação, a manutenção, a ampliação ou a restauração dos serviços ecossistêmicos, tais como proteção e recuperação de vegetação nativa, adoção de práticas de conservação do solo e da água, técnicas de manejo agroecológico e proteção e manejo de fauna silvestre.

O momento atual não poderia ser mais oportuno para refletir sobre esse assunto. Ao mesmo tempo que se discutem meios para que seja implantado um sistema global de compensação entre países – por exemplo, para execução conjunta de metas de redução das emissões de gases do efeito estufa, no âmbito do Acordo de Paris –, tramita no Senado Federal, após ser aprovado na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei (PL) nº 5.028/19, que cria a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA).

A expectativa é de que, a partir de 2020, os produtores rurais brasileiros contem com um arcabouço jurídico que valorize os serviços ambientais. Quem investe na recuperação de áreas críticas para o abastecimento das cidades ou na manutenção de florestas além das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e das áreas de Reserva Legal (RLs), por exemplo, poderá pleitear recursos que compensem, ao menos parcialmente, tais investimentos. Sistemas de cultivo mais amigáveis ao meio ambiente, como as cabrucas e outras formas de agrofloresta, também poderão ser reconhecidos.

Toda a sociedade beneficia-se dos serviços ambientais oferecidos pelos agricultores que estão em consonância com a legislação ou além. É justo e necessário que esses serviços sejam reconhecidos.

1 Diretor de Políticas e Relações Institucionais da BVRio e membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

2 Presidente do Comitê de Sustentabilidade da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura




CAMPANHA PELA AMAZÔNIA UNE SOCIEDADE CIVIL E AGRONEGÓCIO

André Guimarães, representante da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Marcello Brito, presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e membro da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

Com a Amazônia no centro das discussões mundiais, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura uniu-se a organizações da sociedade civil, empresas e representantes do agronegócio na campanha **Seja Legal com a Amazônia**, para exigir medidas efetivas do poder público contra a grilagem em terras públicas no bioma. No site da campanha (**www.sejalegalcomaamazonia.org.br**), a população pode assinar um manifesto e mandar um e-mail ao Ministério da Justiça e à Procuradoria-Geral da República. Guimarães e Brito estão diretamente envolvidos com a criação da iniciativa e explicam por que ela é relevante para toda a sociedade.

Motivações do lançamento Seja Legal com a Amazônia

André Guimarães: Um estudo divulgado pelo IPAM indica que 40% do desmatamento na Amazônia em 2018 ocorreu em terras públicas. A maior parte das florestas remanescentes e ainda não destinadas na Amazônia está em terras públicas federais e estaduais, totalizando cerca de 15% da área total do bioma. Somando-se as áreas públicas ainda não destinadas àquelas já protegidas na forma de Unidades de Conservação (UCs) ou Terras Indígenas (TIs), chega-se a mais de 60% do total das florestas da região. As áreas não destinadas são justamente as que mais sofrem com os crimes de grilagem, invasões e, consequentemente, desmatamento e queimadas. Não raras vezes, tudo isso ainda está associado a trabalho escravo e conflitos com comunidades locais.

Objetivos principais da campanha

Marcello Brito: O foco principal é acabar com o desmatamento nessas áreas públicas e manter as atuais UCs do País. Para isso, vamos apoiar a Força-Tarefa Amazônia, criada pelo Ministério Público Federal em agosto de 2018 e que prevê a alocação de procuradores dedicados e a ampliação de equipes de apoio na região. Queremos criar mais três forças-tarefa: a primeira para promover a conservação e o uso sustentável das áreas não destinadas; a segunda, da Justiça Federal, apoiada pelo Executivo, pelo Legislativo e pelo Ministério Público, para buscar a resolução de conflitos fundiários; e a terceira, da Polícia Federal, para combater a apropriação indevida das áreas públicas de florestas.

Sociedade civil deve abraçar a iniciativa

André Guimarães: O desmatamento ilegal nas terras públicas não é apenas um problema ambiental; é um crime contra a sociedade e o patrimônio público, mas que ainda não é de total conhecimento dos brasileiros. O nosso objetivo com essa campanha é, portanto, mobilizar a sociedade para cobrar medidas efetivas dos poderes públicos para combater essa ilegalidade na Amazônia. Daí o nosso pedido para que os cidadãos enviem suas mensagens para o ministro da Justiça e o procurador-geral da República pelo site da campanha Seja Legal com a Amazônia.

Adesão do setor do agronegócio

Marcello Brito: O agronegócio não compactua com os crimes que estão sendo praticados na Amazônia. Essas quadrilhas atuam na ilegalidade, tomando posse de terras, provocando queimadas e, eventualmente, criando gado para ocupar o espaço. Isso mancha a reputação do setor, aumenta a insegurança jurídica e prejudica a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados nacional e internacional. ■



CADERNO DA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL

GTPS
Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável

CAIO PENIDO
Presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)

A Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) está composta por diversos planos conforme as atividades regionais e econômicas. O Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) merece uma análise especial, porque buscou na Ciência as tecnologias a serem aplicadas como política pública para o setor produtivo. Os seus resultados servem de referência para as estratégias que mostrem práticas de produção tropical singulares ao mundo temperado. Trata-se de um modelo que trará repercussão econômica e social positiva para o Brasil, com a inserção dos nossos produtos no mercado internacional. A seguir, o Caderno da Pecuária Sustentável, editado há treze anos pela ***Agroanalysis***, apresenta uma visão bem atualizada dos caminhos a serem seguidos pela pecuária nacional.

PASTAGENS AMIGAS DO CLIMA

CAIO PENIDO, presidente do GTPS
EDUARDO DELGADO ASSAD, pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária
JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS, sócio-diretor da HECTA
JULIO NATALENSE, diretor de Sustentabilidade da Dow
REINHARD KNOCH, consultor da MM Planejamento
ROBERTO STRUMPF, diretor da Pangea Capital

Imaginem 80.000 hectares de pastagens em processo de intensificação, com capacidade crescente para alimentar um rebanho de 79.000 cabeças, em 24 fazendas de pecuária de corte. Tudo isso ao longo de cinco anos, com monitoramento diário e benefícios ambientais para a sociedade por meio da redução de gases do efeito estufa (GEE). Pois bem, esse é o Projeto Carbono Araguaia, uma das iniciativas do movimento Liga do Araguaia (veja ***Agroanalysis***, volume

39, nº 6, junho de 2019, página 22), que foi criado com os objetivos de:

- instalar um ensaio para a análise de carbono no solo em pastagens da Agropecuária Água Viva em Cocalinho-MT;
- monitorar a redução de emissões de GEE em pastagens devidamente caracterizadas; e
- disponibilizar os benefícios da redução de GEE para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

O primeiro desafio foi a escolha de uma metodologia para calcular o inventário de emissões de GEE e retratar o modelo de produção nacional da pecuária de corte tropical. Com esse passo, os resultados puderam ser validados pelas auditorias do Comitê Olímpico Internacional (COI).

O modelo escolhido, GHG Protocol Agrícola, incorporou os "fatores de emissão" obtidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e disponibilizados no 3º Inventário Nacional das Emissões Brasileiras, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Isso tornou possível traduzir os dados de campo da produção pecuária tropical em balanços líquidos anuais da redução de GEE ao longo do período de 2015/16 a 2019/20.

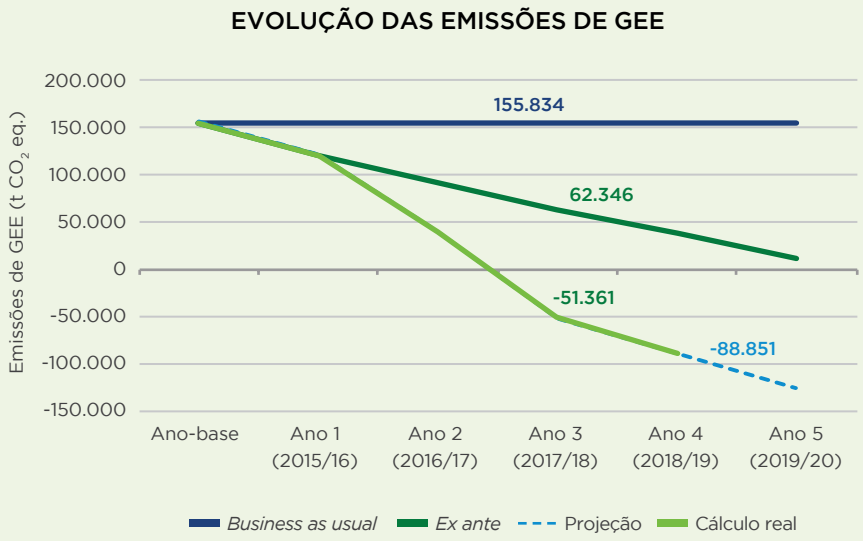
A grande maioria dos fatores de produção do GHG Protocol Agrícola foi determinada pela comunidade científica brasileira por meio da participação de sete unidades da Embrapa. A organização, a criação, o apoio, a divulgação e o estabelecimento couberam ao World Resources Institute (WRI) Brasil.

Os avanços na metodologia de coleta de dados em campo permitiram aumentar o nível de precisão das informações, bem como estimar com mais acurácia as emissões de GEE anuais das fazendas e os respectivos balanços.

Passados três anos de monitoramento, quando se compara a redução das emissões obtidas no período de 2015/16 a 2017/18 e as estimativas do balanço *ex ante* realizado no início do projeto, é possível afirmar que as expectativas foram superadas.

Até o momento, as emissões evitadas foram de 357.230 toneladas de CO_2 eq. Isso representa 67% da meta inicial prevista para os cinco anos de projeto, de 531.028 toneladas





Fonte: GTPS

de CO_2 eq. Esse resultado mostra um aumento de carbono no solo em função da integração Lavoura-Pecuária (iLP) das pastagens, da redução de emissões causada pela redução da idade de abate dos animais e da diminuição de 26% no tamanho do rebanho projetado.

Além de evoluir no sentido de cumprir a principal meta de redução de GEE, o projeto conseguiu retratar em termos do balanço de GEE as consequências positivas do uso mais intenso do solo. O carbono pode ser utilizado como um importante indicador de manejo sustentável das pastagens na busca permanente por uma pecuária cada vez mais regenerativa, de baixo carbono ou carbono neutro.

O alcance da meta estimada para o final do projeto dependerá da continuidade do esforço de intensificação, diretamente ligado à conjuntura observada no setor e à capacidade de investimento de cada fazenda.

A continuidade no acompanhamento do balanço de emissões é fundamental para identificar com maior precisão a correlação entre as decisões de manejo, a remoção de carbono no solo e a intensificação sustentável. Esse conjunto de fatores influencia outros atores da cadeia a incorporarem e reconhecerem essas práticas como atributos diferenciais e competitivos nos mercados. No futuro, podem representar um importante ativo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Para desmistificar o caráter unicamente emissor atribuído à pecuária bovina, a meta de recuperação de pastagens degradadas estabelecida pelo Programa ABC representa um potencial de redução anual de emissões da ordem de 55 milhões de toneladas de CO_2 eq. De acordo com um levantamento da Embrapa Informática Agropecuária, a possibilidade de intensificar 95 milhões de hectares de pastagens em boas condições corresponde a um potencial de 420 milhões de toneladas de CO_2 eq. a menos em emissões no Planeta. Trata-se de uma notável contribuição da pecuária brasileira no combate às mudanças climáticas.



A PECUÁRIA SEGUE AVANÇANDO

MAURÍCIO PALMA NOGUEIRA
Sócio da Athenagro e coordenador do Rally da Pecuária

No Rally da Pecuária 2019, a 9ª edição da expedição, os entrevistados durante os eventos e as visitas atingiram a produtividade média de 12,8 arrobas/hectare/ano (@/ha/ano), considerando apenas o ciclo completo. Se toda a pecuária brasileira operasse com tal nível de produtividade, a área total demandada para a produção de carne bovina seria de apenas 55,0 milhões de hectares, ante os atuais 162,5 milhões de hectares. O campo desmonta uma das maiores falácias ambientais difundidas por interesseiros, embusteiros e desinformados: é possível produzir carne bovina em escala, de forma intensiva e produtiva.

Os 10% mais produtivos atingiram 38,8 @/ha/ano. Na mesma comparação hipotética, equivaleria a colocar toda a produção brasileira em apenas 18 milhões de hectares caso todos os produtores operassem com tal nível tecnológico. O potencial tropical para a produção pecuária é inquestionável e ainda muito pouco compreendido.

Os números de 2019 são ainda mais esclarecedores quando comparados aos das edições anteriores. Propositadamente, nessa edição, a Athenagro e a AGROCONSULT (realizadoras da expedição) optaram por reduzir a quantidade de confinamentos na amostra. Na edição de 2018, cerca de 65% dos animais terminados pelo público da amostra passaram pelo confinamento ou pela terminação intensiva a pasto (TIP). Em 2019, passaram apenas 44% dos animais da amostra pelo confinamento. Isso mostra que a tecnificação está ocorrendo no sistema de produção, o que faz com que este não seja impulsionado apenas pela terminação no cocho.

Apesar do número menor de confinamento nessa última edição, os entrevistados relataram um aumento de cerca de 15% no total de animais que passarão pelo cocho até o final de 2019. A TIP aumentará 32% e, em números absolutos, atingirá metade do que é terminado em confinamento. É bom lembrar que se trata da amostra do Rally da Pecuária.

Outro destaque da última edição é o tamanho médio do produtor na amostra. Em 2019, o índice médio de rebanho



por produtor foi cerca de 1.800 cabeças, 30% menos do que a média de 2.600 cabeças dos anos anteriores. É a menor média de tamanho das propriedades desde que o Rally da Pecuária começou a ser realizado.

A análise por nível de produtividade mostrou que, em 2019, apenas 21% dos produtores estavam num nível acima de 18 @/ha/ano, sempre considerando o ciclo completo. Esse grupo, no entanto, foi responsável por 53% das vendas informadas pelos produtores que responderam a pesquisa. Quando se compara a área dos produtores pelas mesmas faixas de tecnologia, constata-se que esse grupo mais produtivo detém apenas cerca de 7% da área total da pesquisa. Essa realidade comprova que a produtividade, a eficiência e a competitividade não dependem do tamanho da fazenda, mas sim da habilidade em decidir, planejar e implementar o pacote tecnológico.

Entre 2011 e 2019, a produtividade média em ciclo completo do público entrevistado pelo Rally da Pecuária aumentou 8,0% ao ano, enquanto a produtividade média da pecuária nacional, no mesmo período, aumentou apenas 2,8% ao ano.

Mais uma vez, cabe a ressalva que a nossa equipe faz questão de destacar desde 2012: o ritmo de concentração da produção bovina é elevado e está acelerando. O grande desafio da sustentabilidade na pecuária brasileira é de ordem social, e não ambiental. Quantas organizações estão atentas e focadas no problema real?

RASTREABILIDADE PARA QUEM?

BRENO FELIX
Diretor de Produtos e Inovação da Agrotools e membro da Comissão Executiva do GTPS

De onde veio esse alimento? Essa é a pergunta que não quer calar e que, a cada novo dia, mais vozes fazem, em coro, com alto e bom som. Prover a resposta para ela, apesar de se tratar de uma temática complexa e desafiadora, é necessário e possível.

No entanto, o desafio torna-se mais ou menos viável quando se aprofunda na questão e, principalmente, quando se pensa sobre quem a faz: se a pergunta vem da agroindústria, que precisa garantir as condições em que a matéria-prima foi produzida; se veio de um supermercado ou restaurante, que se preocupa com o que vai oferecer aos seus clientes; ou, ainda, se é feita pelo próprio consumidor final, que se preocupa com o que vai pôr na sua mesa e oferecer à sua família.

Esses são apenas alguns exemplos, mas que servem para demonstrar que, quanto mais longe do campo de produção está o 'questionador', mais complexo se torna implantar um processo de rastreabilidade.

Outros três fatores implicam fortemente o desenho da solução:

- Natureza do produto: *commodity*, padrão ou nicho;
- Sistema de produção: tamanho do ciclo, escala produtiva e nível tecnológico;
- Movimentações: fases de desenvolvimento, localização e domínio.

Tendo conhecimento desses fatores, fica mais evidente que falar ou exigir rastreabilidade requer, no mínimo, compreender o ecossistema que se relaciona com o produto e para quem são as respostas.

Por fim, cabe questionar quais são os atributos que se deseja entregar com rastreabilidade, afinal informar que um alimento veio do ponto A ou B é só a ponta do *iceberg*. Isso porque, uma vez que se sabe de onde veio, as perguntas seguintes são:

- Quem são o produtor e as pessoas que participaram do cultivo e/ou da produção?
- Quais foram as práticas e os insumos utilizados?
- As terras utilizadas são legais? Respeitam a legislação ambiental?
- Entre outras perguntas, que, a depender de "quem", podem não ter fim.

Já falando especificamente da carne bovina, além de todas essas questões, o mundo (varejo, ONGs, consumidores aqui e do exterior) quer saber não somente de onde veio o animal antes de chegar ao frigorífico, mas sim onde ele nasceu e por onde passou ao longo da sua vida, o que muitos têm chamado de 'monitoramento do indireto'.

E, com isso tudo, a rastreabilidade bovina complicou ainda mais. Ainda bem que a tecnologia tem evoluído a passos largos, e a Agrotools, sempre inovando e atenta ao tema, preparou uma solução especial, chamada Ponto Zero Biológico. Mas isso é um assunto para uma outra prosa bem mais longa... ■



QUANTO CUSTA?

MATHEUS MORETTI
Gestor técnico de Bovinos de Corte da Agroceres Multimix

DE FORMA simples, podemos comparar uma fazenda a um hotel, pois, da mesma forma que um hotel tem como atividade hospedar pessoas, uma fazenda pecuária "hospeda" bois. Diferente do hotel, em que a diária é paga com o dinheiro; na fazenda, a diária é paga pela produção do animal. Assim, para compor a meta produtiva da fazenda, precisamos avaliar a necessidade de ganho diário do animal para pagar seus custos diários.

Itens como ágio da reposição, pasto e suplementação são custos presentes na maioria das propriedades e precisam ser analisados pelo pecuarista sob a ótica da produção. Sendo assim, precisamos saber calcular qual o ganho de peso diário do animal para pagar cada um desses custos.

QUAL O IMPACTO DO ÁGIO?

O **ágio** é a diferença entre o valor de compra e o de venda do animal, tendo impacto direto no sistema de produção. Valores muito altos de ágio dificultarão "fechar" a conta final com lucro.

Vamos considerar que o valor da arroba do bezerro é R$ 220 e o valor da arroba do boi magro é R$ 170. No exemplo, temos uma diferença de R$ 50 por arroba, o que corresponde a 29,4% de ágio, ou um "prejuízo" de R$ 300 por animal quando pensamos na reposição de um bezerro de 6 @.

Nesse caso, o impacto do custo deverá ser pago durante a recria do animal na fazenda, e, assumindo que a recria tem duração de um ano, temos: R$ 300 divididos por 365 dias, igual a um custo do ágio de R$ 0,96/cabeça/dia.

Pergunta: qual o ganho diário que o animal precisa apresentar para "pagar" essa conta? Vejamos. Se considerarmos 1 @ a 30 kg de peso vivo (PV) (50% de rendimento de carcaça), temos que 1 kg de PV custa R$ 5,67 (R$ 170 ÷ 30 kg). Sabendo, agora, o valor de 1 kg de boi, calculamos qual é o ganho que irá gerar uma receita de R$ 0,96 por dia, fazendo uma regra de três. Nesse caso, temos que o animal precisa ganhar 0,169 kg/dia (R$ 0,96 ÷ R$ 5,67) para pagar o custo do ágio.

E O PASTO: QUANTO CUSTA?

O **pasto** é um componente que costuma ser desprezado entre os gastos da fazenda, já que "ele está lá mesmo".

Conhecer o custo do pasto não é fácil. A conta correta seria somarmos todos os custos relacionados por hectare (ex.: custo de formação, adubação etc.) e dividirmos pela lotação média anual por hectare. Não conhecendo esse número, a

título de cálculo, podemos assumir como custo do pasto o valor médio do arrendamento praticado na região.

Adotaremos – a título de conta – um custo de R$ 20 por cabeça/mês, que, dividido por trinta dias, nos leva a um custo de pasto de R$ 0,67/dia.

Mais uma vez, precisamos nos perguntar sobre o ganho diário do animal para pagar esse componente.

Considerando o valor de R$ 5,67 (já demonstrado) para o quilo de PV e aplicando novamente a regra de três, temos que: se 1 kg de peso vivo equivale a R$ 5,67, qual é o ganho de peso para gerar uma receita de R$ 0,67/dia? Fazendo a conta, o animal precisa ganhar 0,118 kg/dia para pagar os custos com o pasto.

Não se engane; esse valor deve ser somado ao anterior para ir compondo a meta de ganho médio diário.

A SUPLEMENTAÇÃO DE FORMA INTELIGENTE

Antes de mais nada, definir uma estratégia de **suplementação** na fazenda exige um estudo aprofundado sobre o cenário em questão. Deve-se questionar qual tipo de suplemento utilizar, quais respostas esperar e, o mais importante, quais ajustes serão necessários na fazenda para que os resultados esperados sejam obtidos.

Um ponto fundamental na avaliação da viabilidade econômica das inúmeras estratégias de suplementação é considerar o custo adicional da estratégia em relação à estratégia atual, na qual este deverá ser pago pelo ganho adicional proporcionado pela nova estratégia adotada.

Para efeito de cálculo, vamos pensar num animal em recria, com peso de 250 kg, consumindo sal e que passará a ser suplementado (com suplemento "x" de consumo de 0,1% do peso vivo). A primeira pergunta, nesse caso, é: qual o custo adicional com a adoção dessa nova estratégia?

Considerando – hipoteticamente – que o custo do sal e do suplemento "x" seja de R$ 60 e R$ 50 por saco de 30 kg respectivamente, temos um custo por quilo de R$ 2,00 e R$ 1,67 para cada produto. Assumindo que o consumo de sal é de 100 g/cabeça/dia e o de suplemento é de 250 g/cabeça/dia (0,1% PV), temos um custo de R$ 0,20/dia com o sal, enquanto o suplemento "x" custa R$ 0,42/dia.

Nesse exemplo, o custo adicional para sair do sal e passar a fornecer o novo suplemento é de R$ 0,22.

Levando essa conta aos nossos "hóspedes", perguntamos: qual o ganho de peso adicional que o animal deverá apresentar para pagar esse custo adicional?

Seguindo nossos exemplos anteriores, sabendo que o valor do quilo vivo é de R$ 5,67, e aplicando a regra de três, temos que o ganho de peso adicional necessário para pagar o custo adicional de R$ 0,22 é de 0,039 kg/dia.

Nesse caso, o ganho de peso para pagar o custo adicional da suplementação deve ser contrastado com o ganho de peso esperado para a estratégia em questão. Quanto maior a diferença entre os números, menor o risco e maior a sua viabilidade.

Voltando ao exemplo, se o ganho adicional esperado com a nova estratégia fosse de 0,250 kg/ dia, teríamos uma diferença de 0,211 kg/dia, que, se convertidos em receita, ajudariam a pagar outros custos ou, então, potencializar o lucro. Note, ainda, que, se a estratégia permitisse apenas metade do ganho adicional pretendido (0,125 kg/dia), ainda assim não haveria prejuízo. Por outro lado, se o ganho adicional esperado para a nova estratégia fosse de 0,050 kg/dia, a sobra, em relação ao ganho de peso para pagar o investimento feito, seria muito pequena, aumentando o risco da estratégia. Essa seria uma análise de risco simplista, mas que permite de forma rápida avaliar os perigos de uma nova estratégia.

FECHANDO A CONTA

Vale pensar que aquilo que é considerado "caro" dentro do sistema de produção – no caso, a suplementação – é o que permitirá potencializar o ganho dos animais, contribuindo com o alcance das metas preestabelecidas pelos custos da fazenda. Engana-se quem faz seus cálculos baseados apenas no custo do saco de um produto, sem avaliar o real propósito do seu uso.

O intuito deste texto foi elucidar uma maneira prática e simples de enxergarmos que, uma vez na fazenda, um animal precisa ganhar peso, diariamente, para se justificar ali e que ferramentas tidas como caras, por vezes, são baratas frente a seu real benefício. ■

ACESSE O QR CODE E CONFIRA OS VÍDEOS SOBRE ESTE ASSUNTO

NOVOS PILARES PARA O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

A GLOBALIZAÇÃO transformou progressivamente as relações comerciais no mundo e no Brasil, tendo os seus efeitos se tornado indispensáveis ao desenvolvimento econômico do País a partir da década de 1990. Com a abertura econômica, o agronegócio ganhou destaque pela sua dinâmica exportadora.

A integração dos mercados e a maior abrangência dos fluxos de comércio internacional têm influenciado diretamente o padrão de crescimento do agro brasileiro, que, combinado a outros fatores, como a disponibilidade de terra e o desenvolvimento de tecnologia voltada ao clima tropical, determina a busca permanente do setor por ganhos de produtividade e eficiência no processo produtivo.

Atualmente, observa-se um movimento em prol da desglobalização, do nacionalismo e de uma reconfiguração das relações internacionais. Os Estados Unidos e a China, nos polos dessa discussão, enfrentam-se comercialmente, trazendo incertezas quanto ao futuro do comércio global.

A questão que se impõe é saber se o pragmatismo comercial baseado em uma nova geopolítica mundial, com países e blocos mais conservadores e protecionistas, irá sobrepor-se à doutrina de livre-mercado e aos acordos multilaterais de comércio que dominaram as últimas três décadas.

Na perspectiva da FAESP, embora o momento seja de reflexão e dúvida, o Brasil deve reafirmar os compromissos com a integração econômica, o desenvolvimento regional e a cooperação entre países e blocos.

O acordo de livre-comércio entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE) foi um importante passo nessa direção. Contudo, compete aos negociadores brasileiros firmeza no acompanhamento da implantação do acordo, de modo que questões sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas, regras de origem, propriedade intelectual e desenvolvimento sustentável não se tornem pretextos para o não cumprimento do acordo.

Paralelamente, a política externa brasileira deve se manter atuante, buscando avançar na realização de novos acordos, na abertura de mercados, na redução de medidas protecionistas e no aprimoramento do sistema de defesa sanitária e inspeções animal e vegetal, com envolvimento das empresas privadas e suas respectivas entidades de representação setorial.

Essa dinâmica vem se mostrando profícua nas últimas missões oficiais do Ministério da Agricultura à Ásia (Japão, China, Vietnã e Indonésia), ao Oriente Médio (Egito, Arábia Saudita, Kuwait e Emirados Árabes Unidos), à Alemanha e, mais recentemente, à China.

Pela ótica institucional, cabe destacar a importância das estabilidades política e macroeconômica do País, fundamentais para garantir a construção de relações de longo prazo, capazes de manter o Brasil distante da armadilha do baixo crescimento, da alta inflação, das elevadas taxas de juros e da falta de investimentos.

O momento é oportuno para fortalecer as relações, investir e focar em ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. A nossa convicção é que, com maior abertura comercial, liberdade econômica e um ambiente favorável aos negócios, o Brasil experimentará um ciclo sustentável de crescimento. E, nessa esteira, o agronegócio continuará contribuindo inequivocamente para o progresso do Brasil, bem como para o abastecimento e a manutenção da paz mundial. ■

É *FAKE*: POR TER DISPONIBILIDADE DE TERRAS E CLIMA FAVORÁVEL, O BRASIL NÃO PRECISARIA USAR PESTICIDAS



MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro-agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

SEGUIR ABORDANDO os mitos que são divulgados sobre defensivos agrícolas é algo que acredito ser bastante importante para esclarecer à população o que são esses produtos e por que são necessários na agricultura moderna.

O assunto que quero abordar desta vez está relacionado a algumas afirmações de que o Brasil, com tanta disponibilidade de terra e clima favorável ao cultivo, não precisaria utilizar pesticidas na agricultura. Essa é mais uma informação distorcida que, infelizmente, continua sendo repassada aos cidadãos.

De fato, o nosso País tem vasta disponibilidade de terras destinadas à agricultura e, sim, o clima tropical nos traz muitas vantagens. Graças a ele, temos uma grande variedade de culturas agrícolas sendo cultivadas, e a ausência de um inverno rigoroso, com presença de neve que restrinja as atividades agrícolas, permite ao agricultor brasileiro aproveitar ao máximo o tempo de plantio, cultivando de duas a três safras no mesmo ano.

Mas temos, também, de levar em consideração alguns pontos: o calor e a umidade, característicos desse clima, podem favorecer a proliferação de pragas, como ervas daninhas, fungos, insetos, bactérias e vírus, que encontram condições favoráveis para reprodução, como alimento farto e ausência de quebra do clico de reprodução. Nas regiões de clima temperado, o calendário de plantio é muito mais restrito, pois a chegada do inverno impossibilita, de fato, o cultivo, além de as pragas ficarem inativadas nesse período.

É preciso lembrar que boa parte das terras no nosso País é ocupada por vegetação nativa, ou seja, são áreas de preservação que não estão disponíveis para a agricultura – e assim deve ser. De acordo com dados da Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço (NASA, na sigla em inglês), o Brasil cultiva apenas 7,6% das terras – para comparação: a Dinamarca cultiva 76,8%; a Irlanda, 74,7%; os Países Baixos, 66,2%; o Reino Unido, 63,9%; e a Alemanha, 56,9%.

Por essa razão, o uso das áreas destinadas à agricultura precisa ser bem aproveitado, e a adoção das diversas tecnologias disponíveis, entre elas os defensivos agrícolas, apoia o agricultor exatamente nesse sentido. Trata-se de produzir mais e melhor sem necessariamente ampliar o tamanho das terras cultivadas.

Assim, usar as diversas ferramentas disponíveis na agricultura de forma adequada e integrada, seguindo as indicações de utilização e entendendo em qual fase cada uma delas se aplica, garante a manutenção da produtividade agrícola – que é imprescindível para que possamos seguir provendo alimentos e matérias-primas de forma sustentável. ■

DIÁRIO DE BORDO

FLORESTAS E ENERGIA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e embaixador especial da FAO para as Cooperativas



A RECENTE polêmica sobre o desmatamento da Amazônia pode transformar-se num fator perturbador da implementação do acordo comercial entre a União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), tão importante para trazer o Brasil de volta ao grande tabuleiro do comércio global, do qual o País estava um tanto afastado desde que a Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) empacou e desde que ficou fora da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês).

Não fomos eficientes na comunicação sobre o tema, embora tenhamos o Código Florestal mais exigente do mundo em termos de proteção florestal e o agro brasileiro seja radicalmente contra o desmatamento ilegal. Agora, é preciso retomar essas conversas num nível mais técnico para que as coisas caminhem na boa direção do acordo.

A Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) acaba de lançar um relatório anual referente a 2018 contendo dados muito interessantes para alimentar essa discussão. Entre eles, vale destacar:

- Já temos 7,83 milhões de hectares de florestas plantadas, dos quais 6,30 milhões são certificados, aí incluídas áreas produtivas, além das de conservação!

- Cerca de 36% da área plantada é de produtores de celulose e papel; 29%, de agricultores independentes; 12%, para siderurgia e carvão vegetal; 10%, de investidores financeiros, principalmente fundos; 6%, para painéis e laminados; 4%, para produtos sólidos de madeira; e o resto é de outros produtores.

- As florestas plantadas estão presentes em cerca de 1.000 municípios de 23 estados, nos quais empregam diretamente 513 mil pessoas, o que impacta, também, indiretamente a vida de mais de 3,8 milhões de brasileiros, dinamizando a economia das localidades.

- A maior parcela dos resultados deve-se a exportações, dada a alta demanda do mercado externo. Elas aumentaram 24,1% em relação a 2017, alcançando o valor de US$ 12,5 bilhões. O Brasil é o maior exportador mundial de celulose.

- Foram feitos investimentos da ordem de R$ 6,3 bilhões em 2018, dos quais mais da metade (ou R$ 3,9 bilhões) foi em plantação de florestas.

- As florestas plantadas representarão uma importante parcela do cumprimento do compromisso brasileiro assumido no Acordo de Paris de reduzir emissões de gases do efeito estufa: o estoque de CO_2 equivalente chegou a 4,2 bilhões de toneladas no ano passado.

São todos dados que mostram a grande dinâmica de um setor que ainda vai crescer muito nos próximos anos e cuja participação na redução das emissões referidas será da maior relevância. Essas informações deveriam neutralizar as notícias sobre desmatamento que são publicadas alhures para desmerecer nosso agro, tão sustentável!

Mas são números desconhecidos do grande público. Acontece o mesmo, por exemplo, com as informações sobre a matriz energética brasileira, da qual cerca de 43,5% são renováveis, enquanto, na do mundo todo (e aí incluída a nossa), apenas 14,1% são, porque o resto tem origem fóssil altamente poluente. Ainda mais impressionante, nessa numerologia, é que 17% da nossa matriz energética vem da cana-de-açúcar, mais do que toda a eletricidade gerada nas nossas hidrelétricas!

Em outras palavras, a agroenergia e as árvores plantadas no Brasil são muito mais relevantes do que o desmatamento ilegal da Amazônia, que tanto condenamos. ■

Embora tenhamos o Código Florestal mais exigente do mundo em termos de proteção florestal, não fomos eficientes na comunicação sobre os debates recentes envolvendo o desmatamento da Amazônia.

Cerca de 43,5% da matriz energética brasileira é de renováveis, enquanto, na do mundo todo, apenas 14,1% são.



PRODUZIR

A MP DO AGRO E A MODERNIZAÇÃO DO MERCADO DE CRÉDITO

MARCELO LEMOS DE MELO
Advogado e diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

A DIFICULDADE de acesso ao crédito e a escassez de linhas de financiamento têm se tornado, nos últimos anos, fortes limitadores de competitividade para produtores rurais de todo o País. A Medida Provisória nº 897, chamada de MP do Agro, surge como uma boa notícia, sendo, para muitos agricultores, a esperança de modernização do mercado de crédito. Assinada no início do mês de outubro pelo presidente Jair Bolsonaro, a MP traz inovações importantes para facilitar o acesso do produtor rural a fontes de recursos financeiros alternativas às linhas oficiais.

Para o agronegócio, iniciativas como essa são extremamente necessárias, em razão do alto risco da atividade. Além de estar sujeito às oscilações de mercado, o produtor rural fica à mercê das incontroláveis variações climáticas, o que pode determinar o sucesso ou o fracasso de uma safra. Isso sem entrar no mérito da insegurança jurídica e dos gargalos com infraestrutura que agregam altos custos com logística. Por essas e outras razões, o sistema de crédito deve ser justo e diferenciado, dando ao agricultor a possibilidade de investir em formação, tecnologia e gestão.

Entre as medidas previstas na MP, criou-se o Fundo de Aval Fraterno (FAF), que dará garantias aos produtores para a renegociação de dívidas. A MP trata, também, do patrimônio de afetação, regime pelo qual a propriedade rural fica mantida separada do patrimônio do produtor. A medida permite ao proprietário de um imóvel rural desmembrar a sua propriedade para oferecer as partes como garantia em operações de crédito. Para se ter uma ideia das dificuldades enfrentadas, o produtor, antes da MP, era obrigado a oferecer o imóvel na sua totalidade como garantia, o que, por vezes, acabava limitando a sua capacidade de contrair novos investimentos.

Fica instituída, ainda, a Cédula Imobiliária Rural (CIR), título de crédito normativo transferível e de livre negociação. A CIR é um desdobramento do patrimônio de afetação e deverá ser registrada em uma entidade autorizada pelo Banco Central.

A SRB participou do Grupo de Trabalho que auxiliou o Ministério da Agricultura na elaboração da MP e apoia a medida. O texto deve passar, agora, por algumas emendas para contemplar todos os pressupostos para o desenvolvimento de um mercado de crédito privado à altura do agronegócio brasileiro. Na sua primeira versão, a MP surge como uma medida para fomentar outros instrumentos de captação de recursos privados para atender o setor. Isso porque temos *player*s e investidores dispostos a aplicar capital no agro, mas que não o faziam por falta de liberdade para operar e segurança jurídica insuficiente.

O objetivo, agora, é criar as precondições básicas para a formação de um mercado de crédito privado apto a atender o setor e que permita ao Estado brasileiro racionalizar a alocação dos recursos orçamentários. O setor demanda recursos financeiros em volume e custo adequados, que cheguem até o produtor via mercados financeiro e de capitais. Assim como o agro, esses mercados também passam por um intenso processo de evolução tecnológica. ■

A MP do Agro criou o Fundo de Aval Fraterno, o que dará maiores garantias aos produtores, favorecendo a renegociação de dívidas.

OPINIÃO

MODERNIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



APÓS DÉCADAS de discussões e impasses, o governo do estado de São Paulo assinou, neste último mês de outubro, um acordo com o governo federal para encerrar as atividades no entreposto da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), localizado na Vila Leopoldina, na cidade de São Paulo. Em paralelo a isso, anunciou um novo modelo 100% privado para a construção e a operação de entrepostos de alimentos. É um grande avanço para a modernização de toda a cadeia de abastecimento de alimentos do Brasil.

Atualmente, a unidade de São Paulo é a maior central de abastecimento da América Latina e uma das maiores do mundo, com uma área total de 637.835 metros quadrados e uma área comercial útil tocável de 127.567 metros quadrados. Emprega aproximadamente 600 funcionários na administração da Companhia e 25.000 pessoas na operação do entreposto. Movimenta 12.000 veículos diários e 50.000 pessoas. Possui, ainda, aproximadamente 2.700 permissionários e 3.800 carregadores autônomos, comercializando por ano mais de 3 milhões de toneladas, com movimentação financeira de mais de R$ 7,5 bilhões.

Ocorre que toda a estrutura atual não comporta mais esse número de movimentação e não tem espaço para crescimento. Há muitas dificuldades de acesso logístico ao empreendimento, geração de intenso tráfego na região, carência de soluções de mobilidade, criminalidade, além de falta de tecnologia e modernização, que impedem a oferta de alimentos saudáveis e seguros para a população.

Ademais, a saída do centro expandido da capital poderá resultar em uma redução de preços. Estudos na área de sistemas agroindustriais de frutas, legumes e verduras (FLV) apontam que 40% dos custos dos produtos se devem à logística. Sendo assim, mudanças que tornem a logística mais eficiente são determinantes para a redução de preço ao consumidor final e o aumento de margem aos produtores rurais, bem como para a diminuição das perdas, que, nesse setor, estão diretamente ligadas à logística pós-colheita e comercialização.

Por essas razões, o estado de São Paulo, por meio da Secretaria Agricultura e Abastecimento, e o governo federal, por meio do Ministério da Economia, foram resilientes para a celebração dessa parceria.

No que diz respeito ao novo modelo de entreposto, o novo regulamento transfere para a iniciativa privada a construção e a operação de entrepostos, permitindo que qualquer interessado apresente um pedido de autorização de acesso em rodovias classe zero para fins específicos de entreposto de abastecimento de alimentos, desde que cumpridas diversas exigências, principalmente com a finalidade de garantir a qualidade, a saudabilidade e o acesso justo e igualitário a todos os atuais permissionários, pequenos e médios produtores.

O Governo transfere a atividade para quem lhe compete, o setor privado, e mantém o seu poder regulatório e fiscalizatório, garantindo o contínuo abastecimento, o desenvolvimento socioeconômico e o bem-estar da população, bem como as oportunidades aos pequenos e aos médios produtores. Não há risco para a população, mas sim uma melhoria e uma modernização em todo o sistema de abastecimento da região.

Movimentos integrados e ações pragmáticas como esses mostram, de fato, a resiliência e o foco das três esferas de poder em transformar o Brasil em uma nação melhor e mais liberal. ■

A saída da CEAGESP do centro expandido da capital poderá resultar em uma redução de preços ao consumidor e aumentar a margem dos produtores rurais.



REFLEXÃO

A AGRICULTURA DO FUTURO CHEGOU

MARCELLO BRITO
Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

ESTAMOS VIVENDO uma revolução; uma revolução silenciosa que avança sobre o campo em termos de produtividade, rastreamento e redução de perdas. A transformação digital chegou para valer e deve mudar a forma como produzimos alimentos na atualidade. Um dos caminhos para essa transformação e que vai garantir a sobrevivência de quase 10 bilhões de pessoas no mundo em 2050, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), são os dados, as informações e a precisão – a "agricultura 4.0", como vem sendo chamada.

No Congresso da ABAG em agosto, Ulisses Mello, diretor da IBM, disse que, nas chamadas "*agritechs*", os Estados Unidos investem na ordem de US$ 5 bilhões. No Brasil, estamos com 10% dessa cifra. Temos a vantagem de ter de duas a três safras por ano. Isso nos permite acelerar os testes para desenvolver tecnologia em comparação ao ritmo em que se dá o processo em países de inverno mais prolongado.

Em 2018, foram lançados mais de 110 satélites com resoluções diferentes. Estamos com uma quantidade enorme de *drones* capazes de capturar dados. No computador, são geradas imagens do campo com dados organizados e tem-se a rastreabilidade dos produtos durante a cadeia de suprimento. Trata-se de reduzir custos e aumentar a produtividade das lavouras com a inteligência artificial.

O 5G transformará a internet das coisas. Hoje, em algumas fazendas do estado de São Paulo, de boa conectividade, existem máquinas controladas via satélite em tempo real. Imagine isso espalhado pelo Brasil! Um dos principais entraves para essa mudança acontecer é, justamente, a falta de conectividade. Quase 4 bilhões de pessoas ao redor do mundo continuam desconectadas, e a grande maioria delas está em áreas rurais, segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês). Sem conexão, não é possível coletar dados, e, sem dados, não há planejamento e não se chega à mudança.

Muitas *start-ups* chamam a atenção de empresas do setor, e parcerias já estão acontecendo. Trabalhos interessantes estão em andamento nas culturas de soja, milho e algodão. Bovinos já são rastreados no Brasil. Ninguém imaginava isso há dez anos. O boi é criado e a carne é produzida com controle da origem, num ambiente regulado do ponto de vista de reservas e mananciais.

A transformação digital tem o poder de integrar todas as etapas da cadeia produtiva, do campo até a mesa do consumidor, que está cada vez mais exigente, informado e engajado e procura comida com origem, com rastreabilidade; deseja entender a pegada ambiental. De olho no consumidor moderno, jovens empreendedores estão produzindo verduras em fazendas urbanas verticais, na capital paulista, em galpões e contêineres.

A tecnologia não é um fim; é um meio. Ela pode ajudar a definir a visão para o futuro da agricultura. Podemos criar um *branding* forte para o Brasil nessa parte de sustentabilidade, com tecnologia e nova geração de produtos e serviços. Para isso, precisamos pensar grande.

Com acuracidade dos dados, fazemos coisas antigamente inimagináveis. Mas, para essa revolução ser completa, é necessário a junção da tecnologia 4.0 e da sociedade 5.0, pois a primeira só terá sucesso se contribuir com a redução das diferenças socioeconômicas do País e tiver as cooperativas como protagonistas, cada vez maiores e trazendo os pequenos produtores à luz dessas inovações. ■

"A transformação digital chegou para valer e deve mudar a forma como produzimos alimentos na atualidade."

O FUTURO ESTÁ NO AGRO

O MODERNO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO É RESULTADO DA EFICIÊNCIA EMPREENDEDORA DOS PRODUTORES RURAIS, DAS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES, COM INVESTIMENTO EM PESQUISAS E INOVAÇÃO. UMA GRANDE CADEIA PRODUTIVA TRABALHANDO PARA GARANTIR A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS, FIBRAS E ENERGIA.

ABAG

REPRESENTANDO O AGRO
NO BRASIL E NO MUNDO

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

- ESTUDOS E PESQUISAS
- ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
- GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS
- ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS
- ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Projetos desenvolvidos para:

BID, VALE, Fibria, UNICA, ABC Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal, Brasil

CONTATO:
(21) 3799-6039
DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR
WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO
Think Tank do Agronegócio Brasileiro